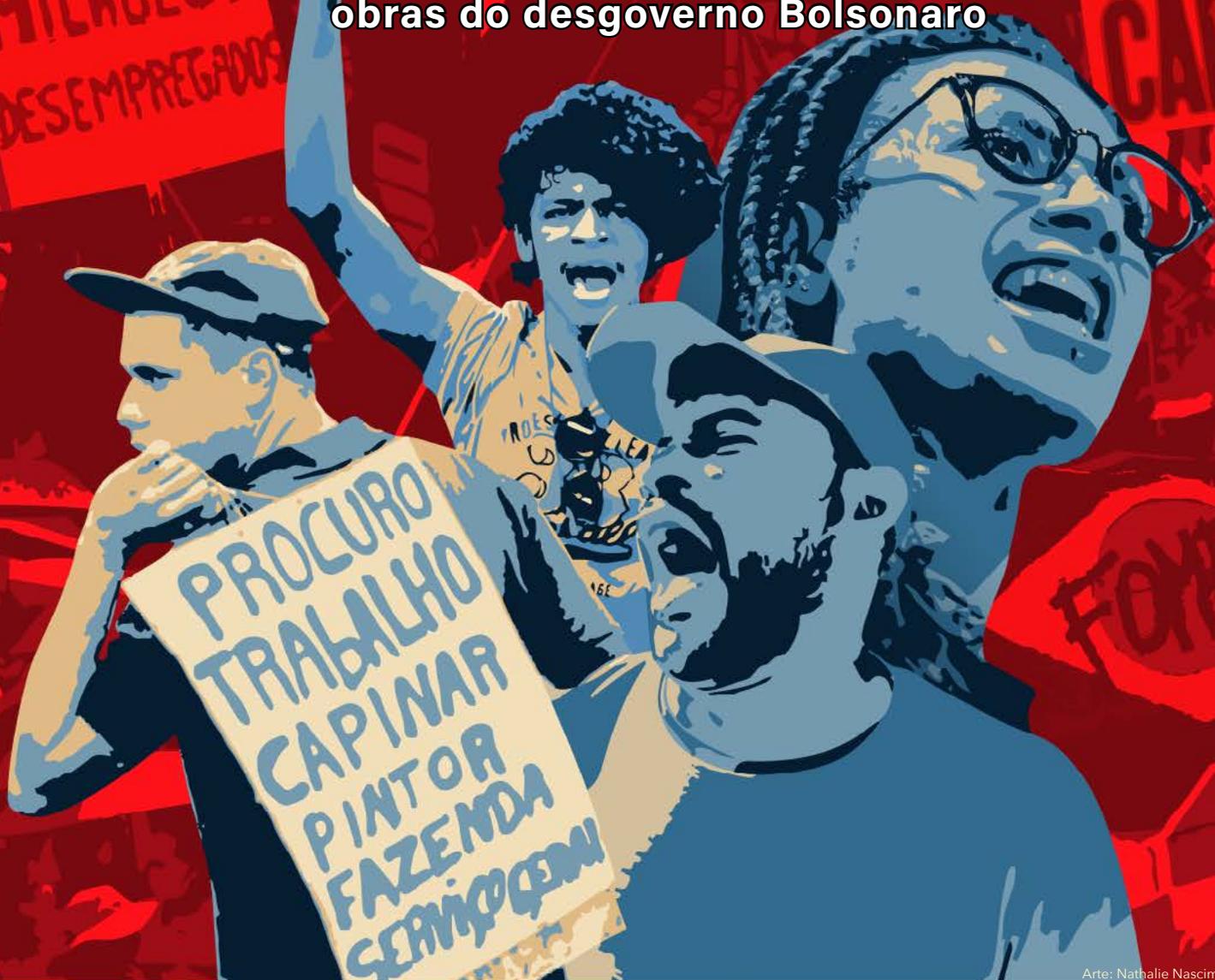


O BRASIL QUER MAIS EMPREGOS

No 1º de Maio 2022, a população reivindica o direito de trabalhar. Principal bandeira do Dia dos Trabalhadores e Trabalhadoras é virar a página do desemprego em alta, da inflação galopante e dos salários achatados, obras do desgoverno Bolsonaro



Arte: Nathalie Nascimento

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 2 de Maio de 2022 Nº 56

James Green: papel de militares não é intervir na política

Pesquisas confirmam Lula na dianteira

Governos do PT fortaleceram a Previdência Social

"Medida Provisória" vira filme-fenômeno



focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor-Chefe: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo, Danilo

Molina, Isaías Dalle, Nathalie Nascimento,

Pedro Camarão e Ricardo Stuckert



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Geraldo Magela e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana,

Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto,

Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro,

Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo,

Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de

Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,

Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,

Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário), Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338



Arte: Nathalje Nascimento

NESTA EDIÇÃO

1º DE MAIO DE LUTA POR MAIS EMPREGOS

Trabalhadores e
Trabalhadores celebram
seu dia sonhando com
mudanças. Centrais
sindicais apresentam
propostas.

Página 12

EDITORIAL. Em semana
positiva, Lula aglutina forças
democráticas.

Página 4

ENTREVISTA. James Green
vê avanços na luta contra
homofobia no Brasil.

Página 6

NAS REDES. Lula quer
combater mentira e
injustiças

Página 15

EDUCAÇÃO. Frente quer
volta dos investimentos no
ensino básico.

Página 17

ELEIÇÕES. Desemprego
e inflação são maiores
preocupações dos
brasileiros.

Página 18

ARTIGO. Decisão da ONU
é vitória da democracia.

Página 15

CENSURA? Elon Musk
compra o Twitter e
preocupa internautas.

Página 22

LEGADO. Governos do
PT ampliaram cobertura
previdenciária.

Página 24

HISTÓRIA. Criação do
salário mínimo e da CLT.

Página 27

MÚSICA. Prince, pequeno
grande homem e sua
revolução.

Página 30

CINEMA. 'Medida
Provisória' é retrato do
Brasil.

Página 32



COM A ALMA LAVADA, LULA AVANÇA NA FRENTE DEMOCRÁTICA

Aloizio Mercadante

O balanço da semana é extremamente positivo para a candidatura da esperança do ex-presidente Lula. Enquanto Bolsonaro segue criando factoides para fugir do debate sobre os reais problemas do povo, avançamos ainda mais na consolidação de uma ampla aliança democrática e, ainda mais importante, foi a decisão do Comitê de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), que reconheceu todo arbítrio e lawfare praticado pela Lava Jato contra Lula.

Na decisão, a ONU constata que a Lava Jato violou os direitos políticos, a garantia a um julgamento imparcial e a privacidade do ex-presidente. Concluiu também que a conduta e os atos públicos do ex-juiz Sergio Moro e dos procuradores da força-tarefa violaram o direito de Lula à presunção de inocência.

Além disso, a ONU considerou que as "violações processuais" da Lava Jato tornaram "arbitrária a proibição a Lula de concorrer à Presidência". Assim, o comitê da ONU entendeu que houve violação dos direitos políticos do ex-presidente, incluindo o de se candidatar às eleições.

Apesar de fazer justiça histórica, assim como já havia feito o plenário do Supremo Tribunal Federal, a decisão da ONU não é capaz de reparar os danos pessoais e familiares de Lula, que ficou preso injustamente por 580 dias. Tampouco diminui o desastre causado pela Lava Jato na nossa economia e na nossa democracia.

Estudo do Dieese aponta que, entre 2014 e 2017, a Lava Jato fez o Brasil perder R\$ 172,2 bilhões em investimentos e destruiu 4,4 milhões de empregos. No tocante

ao processo democrático, ao alijar Lula, que liderava todas as pesquisas e em todos os cenários, das eleições presidenciais de 2018, a força-tarefa foi decisiva para a eleição de Bolsonaro, da qual muitos arrependidos tardios tentam se desvincular neste momento. Sem falar no papel de Moro e dos procuradores de Curitiba no golpe contra a presidenta Dilma.

No campo das alianças, o PT e o Psol avançaram no diálogo sobre os pontos a serem incorporados no programa de governo do ex-presidente. Em Brasília, a Rede Sustentabilidade anunciou apoio formal à candidatura de Lula, ampliando a aliança no campo democrático. Até João Doria acenou para o ex-presidente ao declarar que: "O Lula não é Bolsonaro, o Lula é inteligente e tem passado. Eu tenho posições diferentes das dele, mas tenho respeito por ele".

Não menos importante foi a participação de Lula na abertura do Congresso Nacional do PSB. Ao lado de Geraldo Alckmin, foram reafirmados os valores da democracia, do diálogo e da necessidade de reconstrução do Brasil, com foco na preservação da nossa soberania, do desenvolvimento sustentável e da justiça social que são as bases fundamentais dessa aliança.

Por outro lado, Bolsonaro permaneceu estagnado e procurou tensionar ainda mais a relação do Executivo com o Judiciário. Fez ataques desesperados ao nosso processo eleitoral e aos ministros do Supremo para tirar da pauta o desastre econômico e social. Para ficar em alguns exemplos desta semana, levantamento da Austing Rating revelou que a taxa de desemprego do Brasil deve ficar entre as maiores do mundo, uma nova onda de reajustes de preços no mercado

de bens de consumo se vislumbra para o segundo trimestre, o preço do gás de cozinha já custa quase 10% do salário mínimo, o preço da gasolina subiu pela segunda semana seguida atingindo novo recorde e a prévia da inflação de abril ficou em 1,73%, a maior para o mês desde 1995.

É essa tragédia econômica e social que Bolsonaro não consegue explicar. Por isso, vislumbrando uma inevitável derrota eleitoral em outubro, trabalha para que as eleições sequer aconteçam e, caso aconteçam, tenham os resultados contestados no grotesco "tapetão" do "Projeto Capitólio".

Para fugir dessa armadilha, a campanha tem que estar focada nos grandes problemas do nosso povo, como o desemprego, a pobreza, a carestia e o custo de vida, especialmente da cesta básica e dos alimentos, que devem ser o foco de todo o nosso debate político, sem cair nas provocações sistemáticas de Bolsonaro para mudar a pauta.

Mas, em uma eleição polarizada, Lula segue liderando um grande movimento de reconciliação nacional e de isolamento dos extremistas. Com a alma lavada pela decisão da ONU e com o coração generoso de sempre, não tenho dúvidas, que Lula voltará a governar o Brasil para resgatar um país solidário, com projeção internacional, soberano e que combina estabilidade, crescimento econômico, respeito integral aos direitos humanos, preservação ambiental e justiça social.

O país e a democracia precisam derrotar Bolsonaro, pois não há solução possível com ele na presidência. Para isso, Lula é o agente portador de futuro para um Brasil extremamente democrático, plural e acolhedor para todos e para todas.●

“OS MILITARES SE ACHAM REPRESENTANTES DO PODER MODERADOR”

Historiador e ativista LGBTQIA+, James Green continua atento à cena política brasileira, mesmo lecionando fora do país. Ele alerta que um futuro presidente democrático deverá explicitar o verdadeiro papel das Forças Armadas na condução da vida brasileira. E diz que sente orgulho de sua militância no PT

**Alberto Cantalice e
Pedro Camarão**

James Green é um historiador estadunidense, professor e pesquisador da Brown University, nos Estados Unidos. Green é especialista em América Latina e Brasil. Ele coordena o mais importante e mais reconhecido centro de estudos sobre a história do Brasil fora do país. O historiador mo-

rou no Brasil entre 1976 e 1982, época em que colaborou para a formação do movimento LGBT e também participou da fundação do Partido dos Trabalhadores. Nos últimos anos, ele acompanhou de perto o processo do Golpe em 2016 e criou nos EUA uma rede de defesa da democracia brasileira. A ditadura militar brasileira é um dos temas sobre os quais James Green se aprofundou. Na entrevista à Focus Brasil, ele fala sobre a

nova tensão entre os militares e o Poder Judiciário, aparentemente, uma reedição do que ocorreu em 2018, quando o comandante do Exército pressionou o STF a não permitir que o ex-presidente Lula fosse solto. Além disso, o professor fez análises sobre a crise política e social que o Brasil vem enfrentando desde 2014. A seguir, leia a íntegra da entrevista:

- **Como o senhor enxerga essa**



tradição dos militares brasileiros de se sentirem no direito de atuar como moderadores da política e do comportamento do país?

- Essa característica está nas origens da fundação do Brasil. Em 1824, na Constituição que D. Pedro assinou, o Poder Moderador já estava embutido na estrutura executiva do país como essa quarta instância do governo. Com a fundação da República ficou estabelecido que o presidente não teria esse poder extra do D. Pedro II, mas já existia uma tradição muito forte nesse sentido. E quem assumiu esse papel foram as Forças Armadas, quer dizer, aqueles que derrubaram D. Pedro II e assumiram a República. Foi um golpe. E depois foram nove intervenções diretas na política brasileira a partir de 1889. É uma tradição muito profunda. As Forças Armadas se acham o representante do Poder Moderador entre as outras instituições. O mais grave foi em 1964, quando com um discurso demo-

crático, eles fizeram uma ditadura de 21 anos. [Isso aconteceu] dentro do contexto da Guerra Fria com o apoio dos americanos.

Mesmo com a transição democrática sendo uma coisa lenta, moderada, conciliada, as Forças Armadas nunca foram punidas pelos abusos contra direitos humanos ou contra a democracia com os Atos Institucionais. Eles voltaram para as casernas, mas nunca houve esse processo de avaliação, e por isso eles se sentem com todo o direito de, mais uma vez, fazer uma intervenção na política atual.

- E o que poderia ser feito para alterar essa cultura, na sua perspectiva?

- Não vai dar pra gente corrigir os erros do passado como a Lei de Anistia, que foi interpretada de maneira que ela também devesse absorver as pessoas que cometeram crimes de Estado torturando cidadãos. Mas eu acho que houve, com a Nova República, a tentativa

de manter um civil no Ministério da Defesa. Só que isso também foi violado. Existem militares que acham que têm todo o direito de dirigir as Forças Armadas. Em outras democracias, a direção é de um civil e do presidente que, teoricamente, é o comandante das Forças Armadas. Na maioria das democracias também costuma ser um civil. O problema com o Bolsonaro é que ele vem com uma tradição militar e acha que representa uma visão das Forças Armadas, essa foi a sua função dentro do Congresso durante 28 anos. Quando o presidente Lula comentou que é fundamental não depender das Forças Armadas para administrar o governo, ele tem toda a razão. São mais de oito mil militares que estão em funções administrativas, o que não é o papel deles.

O papel das Forças Armadas de um país é defendê-lo contra inimigos externos e o Brasil não tem nenhum inimigo, nenhum vizinho ou

outro país que esteja interessado em invadi-lo. As Forças Armadas são frustradas e querem assumir outros papéis como o de Poder Moderador. Eu acho que a primeira tarefa é indicar um civil para ser ministro da Defesa e que o novo presidente seja muito claro sobre a função das Forças Armadas, que é proteger as fronteiras e, eventualmente, atuar em caso de desastres naturais ou coisas do tipo, mas não para intervir na sociedade civil.

- Certo. Mas e esse saudosismo da ditadura militar que existe em uma parcela considerável da sociedade, algo que ajudou a eleger o Jair Bolsonaro, qual é a sua perspectiva sobre isso?

- [Isso existe] Exatamente porque não houve esse debate nos anos 1970 e 1980 sobre o que foi a ditadura. E, claro, professores universitários produziram livros, documentários, cineastas fizeram filmes, mas não alcançaram a sociedade como um todo. Não houve uma discussão nacional. Recentemente, eu estive na Alemanha e o que me chama muito a atenção é que nos primeiros anos depois do nazismo houve um silenciamento da participação do povo alemão na colaboração com os nazistas. Mas nos anos 1970 e 1980 ocorreu uma discussão profunda na sociedade e o povo alemão tem uma consciência muito grande das suas culpas, como nação, pelos crimes do passado. Eles são profundamente conscientes do papel que seus avós e bisavós cumpriram naquela época. É parte do legado da história do país. Isso não aconteceu no Brasil.

As novas gerações não necessariamente tiveram informações amplas sobre o passado. É absurdo que depois da declaração da Miriam Leitão sobre a tortura sofrida por ela, ocorra um debate se realmente houve tortura. Esse questionamento não existe na

área acadêmica entre quem estuda o período, mas ainda é um debate porque forças utilizam a falta de informação de setores do país para reciclar essas mentiras sobre o passado.

Tem outro elemento, como a ditadura era uma coisa muito contraditória em vários sentidos, houve uma expansão econômica num determinado momento, o crescimento da indústria automobilística na qual o Lula e outros trabalhadores conseguiram melhorar de vida trabalhando em fábricas e ganhando um salário decente. Isso

“O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS É DEFENDER O PAÍS CONTRA INIMIGOS EXTERNOS, E NÃO HÁ PAÍS INTERESSADO EM INVADIR O BRASIL”

também criou uma contradição no imaginário das pessoas por causa dos momentos positivos na economia. Embora nós saibamos que tenha sido uma expansão parcial e desigual, existe essa fantasia do passado de que era um tempo de ordem, em que a criminalidade era menor assim como a violência. Tudo isso teria surgido depois, então aparece a ideia de que se o país voltar a ter um Estado mais autoritário esses problemas “posteriores” seriam eliminados, a sociedade melhoraria e também a

economia. Nós sabemos que isso não aconteceu nos últimos três anos e meio, mas continua sendo parte desse discurso que lembra um passado que nunca existiu.

- Esse crescimento do neofascismo, desse autoritarismo, é mundial. Esse reacionarismo internacional tem a ver com uma articulação do capital financeiro para deter o neokeynesianismo, novamente? Para deter a social-democracia?

- Eu acho que é mais complexo do que isso. Por exemplo, ocorreu uma reestruturação do capital nos países industrializados. Eles procuraram países que tivessem mão de obra mais barata e onde não existissem sindicatos fortes, por isso, em certo momento houve um grande investimento no Brasil. Durante a ditadura, até 1975, 76, realmente não tinha nenhuma proteção para os trabalhadores, era proibido fazer greves. Então, o capital, grandes indústrias, multinacionais procuraram países onde eles conseguiriam produzir mais lucro em função de os trabalhadores não terem proteção sindical contra essa “superexploração”. Isso cria nos países da Europa e nos EUA uma desindustrialização e camadas das classes trabalhadoras, no caso dos americanos, muitos brancos, começaram a ficar ressentidas porque foram perdendo padrão de vida ao longo dos anos. Existe esse ressentimento e eles procuram um bode expiatório. Ao invés de criticar as empresas que levaram suas fábricas para outros países, eles culpam os trabalhadores mexicanos e centro-americanos que procuram nos EUA melhores condições de vida mesmo trabalhando em empregos precários e com salários menores. Portanto, é um racismo anti-imigrantes que não tem nada a ver com a razão do problema.

Isso tudo se combina com o fato de que a partir dos anos

1960, e nos EUA dos anos 1950, houve transformações sociais fundamentais sobre a forma como a sociedade estava estruturada. Movimentos sociais questionaram as hierarquias sociais que existiam. Isso causava muita ansiedade entre os setores sociais que se sentiam ameaçados com essa reorganização do imaginário da sociedade ou pela maneira como as mulheres passaram a ter um papel mais importante na economia e na sociedade. Isso criou outra reação. O Bolsonaro no Brasil, para mim, é uma resposta, em parte, aos novos movimentos sociais reivindicando uma plena democracia, o que gera preocupação em outros setores que se sentem ameaçados com essa mudança.

E a questão da religião entra nisso porque as religiões são redes de apoio das pessoas marginalizadas. Por exemplo, as igrejas evangélicas no Brasil são lugares importantes para muitas pessoas pobres ou trabalhadoras que enfrentam diversos problemas. É um apoio espiritual e emocional, mas também é uma rede econômica que ajuda as pessoas a sobreviver. Então, eles respondem a uma instabilidade da economia capitalista e ainda aderem a essas ideias reacionárias porque elas criam uma noção de conforto. Esse conforto vem da ideia de uma família estável na qual o marido não bebe, todo mundo trabalha, os filhos respeitam os pais e onde não havia comportamentos vistos como alternativos ou diferentes. São muitos elementos. Não se trata apenas de uma explicação pelo viés econômico, que não dá conta da complexidade do que nós estamos vivendo.

- E nessa complexidade ainda existem “ferramentas do ódio” que são as redes sociais online. A forma como elas afetam as pessoas é um acontecimento na história do mundo.

- Com certeza. [As redes sociais] Reforça[m] tudo isso porque hoje em dia, primeiro, há uma pluralidade de informação e isso cria uma situação de bolhas onde as pessoas só recebem informações que fazem parte das suas próprias bolhas. Isso pode criar uma repetição de mentiras, de informações falsas. As mídias sociais são uma carência social. As pessoas procuram através dessas redes sociais uma comunidade, uma comunicação com as pessoas. Mas também cria essa possibilidade da circulação de informação totalmente

“RELIGIÕES SÃO REDES DE APOIO. AS IGREJAS EVANGÉLICAS SÃO LUGARES IMPORTANTES PARA PESSOAS POBRES OU TRABALHADORAS”

falsa e imediata, sem mediação de instituições que poderiam apontar o que é ou não verdadeiro. É claro que como a grande imprensa, no caso do Brasil, é em geral muito conservadora, eles repetiram muitas mentiras globais sobre a realidade brasileira. Mas havia uma certa noção de liberdade de imprensa, de questionamento desses discursos conservadores e isso não existe dentro das redes sociais online. Trata-se de algo totalmente descontrolado. Nesse sentido, quando se fala da necessidade de

controlar a mídia, não é de censurar a mídia, mas de criar condições para que não haja circulação de mentira e coisas que são obviamente falsas. Um exemplo é as pessoas terem acreditado que cloroquina podia curar alguém da covid-19, foi muito amplificado pelo presidente, mas também pelas redes sociais. Isso foi criminoso. Pessoas morreram por causa dessa orientação falsa.

- Qual foi o papel da imprensa brasileira no processo político e social pelo qual o Brasil vem passando desde 2014? Agora, apesar de o Sergio Moro ter sido considerado suspeito pelo STF e agora pelo Comitê de Direitos Humanos da ONU, parte considerável da grande imprensa ainda trata o ex-presidente Lula como se ele fosse suspeito.

- Perfeito. Primeiro, a grande mídia brasileira é totalmente conservadora. Existem colunas de pessoas progressistas na Folha [de S. Paulo] e em outros veículos, o que dá uma aparência de neutralidade, mas a linha editorial, a maneira como as notícias são dirigidas é pela ideologia conservadora. Por exemplo, todo o espaço que abrem para a terceira via que não existe. É absurdo. E insistem em falar da terceira via quando os nomes que ocupariam essa posição têm 1% ou 2% [das intenções de voto]. A Vera Lúcia, candidata do PSTU, tem 1%. Ela é trotskista, tem uma posição bastante radical. E o João Doria (PSDB) tem 2%. No passado, a imprensa jamais teria dado atenção a esse patamar de intenção de voto. Depois, a imprensa também insiste numa chamada “polarização” na sociedade. É verdade que a sociedade está dividida. Mas a divisão é em três partes: as pessoas que vão apoiar o Bolsonaro; pessoas que vão apoiar o Lula e o setor que está muito cético, muito cínico e muito contaminado pelas campanhas que foram feitas pela

grande mídia sobre o Lula.

Como eu não moro no Brasil, não tenho família brasileira, mas tenho muito amigos e eles compartilham das minhas ideias, uma das minhas fontes de informação são os motoristas de Uber. Eu sempre entro no carro perguntando "sou americano, vai ter eleição, sei que tem vários candidatos. Quem vai ser o próximo presidente?", e assim começamos a conversar. Eu tento dirigir a discussão para ter uma noção do que eles estão pensando. Como é uma faixa que em geral apoia o Bolsonaro – é uma indicação não científica da realidade –, me chama muita atenção a infiltração das mentiras e das más informações sobre o presidente Lula. As pessoas acreditam nessas histórias contra o Lula. Infelizmente, nem a declaração da ONU vai eliminar essa contaminação que milhões de pessoas receberam por influência da mídia ao longo os anos.

Se compararmos as chamadas "pedaladas" da presidenta Dilma que nunca ocorreram da forma como eles apresentaram, com tudo o que esse governo tem feito agora, o Bolsonaro teria que ser alvo de impeachment 10 mil vezes porque ele cometeu inúmeras irregularidades, mas nada "pega" porque o Centrão controla o processo. É uma situação da mídia combinada com um Congresso muito conservador. Acaba fazendo com que muitas pessoas se tornem cínicas sobre o processo político. Isso deve fazer com que muitos anulem seus votos.

- Nos entrevistamos aqui a Eleonora de Lucena e ela mencionou que em 2010 ou 2011 a então presidenta da Associação Nacional de Jornais (ANJ) fez uma fala dizendo que o Brasil não tinha oposição e que a imprensa precisaria atuar como oposição.

- Esse é um dado interessante porque, na verdade, a grande im-

prensa brasileira cria as condições para a eleição do Bolsonaro. Não somente eles porque era uma série de fatores, mas foram um elemento importante. E eles só entraram em conflito com o Bolsonaro quando ele começou a atacar a própria imprensa e a ameaçar de retirar recursos estatais dessas empresas. Nos EUA, durante o governo do Trump, o New York Times e o Washington Post foram fundamentais para revelar todos os erros e os problemas do governo Trump. Graças a esses jornais hou-

**“SINDICATOS,
MST E SOCIEDADE
COMPREENDEM
NOSSAS
REIVINDICAÇÕES.
É DIFÍCIL ELIMINAR
A HOMOFOBIA,
MAS HÁ AVANÇOS
EXTRAORDINÁRIOS”**

ve uma circulação de ideias alternativas sobre o governo. Se ficasse na dependência da Fox News que é uma grande emissora e apoiadora do Trump, seria impossível. Essa foi a realidade brasileira. Durante o governo da Dilma Rousseff e mesmo depois, com o Temer, a grande mídia passou todo o tempo apoiando medidas para destruir a esquerda brasileira. Existem veículos de imprensa alternativos, mas não têm o mesmo alcance nacional da grande mídia. E hoje em dia é quase impossível alguém

fundar um novo grande jornal. A esquerda brasileira tem uma situação muito difícil e depende muito da mídia alternativa para divulgar as suas ideias e, em certo sentido, é um pouco precária essa maneira de circular informação.

- Como o senhor enxerga a política do Joe Biden para a América Latina? É semelhante ao período do Donald Trump, difere do que veio antes?

- Essa também é uma questão muito complexa porque existe uma tradição americana, desde 1846, quando invadiram parte do México e roubaram parte do território mexicano, de que os americanos têm o direito de ocupar toda a parte Norte do continente. A partir do final do século 19, surge a ideia de que a América Latina era o quintal dos EUA, onde ele teria o direito de ter grande influência. Os EUA expandiram essa influência diante de fraquezas do império inglês que dominava a América Latina. Isso se reforçou durante a 2ª Guerra Mundial quando EUA e Brasil foram aliados e durante a Guerra Fria que cria toda uma situação de dominação, de influência norte-americana na América Latina. Existem, dentro do próprio Partido Democrata quanto no Partido Republicano, grandes setores que acham que o interesse americano, em qualquer momento, justifica qualquer coisa. E esses interesses são de grandes companhias que têm investimentos mundiais. Ou seja, não são interesses de qualquer cidadão americano. Eu acho que eles influenciam o governo do Biden e estão interessados em manter essa influência. Porém, existe outra experiência nos EUA que foi a do Trump e o trauma que nós vivemos durante os quatro anos de um governo semifascista com um "cara" autoritário.

Nesse sentido, eu acho que quando começamos a organizar o movimento nos EUA, defendendo

a democracia no Brasil em 2016, fazendo críticas ao Sérgio Moro, às medidas do impeachment da Dilma, às medidas do governo do Temer e à eleição de Bolsonaro, as pessoas entenderam mais facilmente o Brasil, em termos gerais. Eles podiam fazer uma analogia entre o Trump e o Bolsonaro. Tanto que um jornalista chamou o Bolsonaro de “Trump dos trópicos”. Quando nós falávamos com a mídia americana, eles tinham certa compreensão sobre a realidade. Parcial. Porque sempre o Norte conhece muito mal o Sul. Tem uma série de estereótipos e imagens sobre o Brasil que são totalmente parciais. Porém, existe o fato de que houve setores do governo Biden que tiveram receio de manter relações abertas com o governo Bolsonaro. Tem o fato de 64 deputados do Congresso americano terem assinado recentemente uma carta dirigida ao Biden dizendo que era melhor não manter relações normais com o Brasil na medida em que os direitos humanos estavam sendo violados e o meio ambiente estava sendo violado. Isso cria uma tendência de que o governo Biden seja mais cauteloso com os interesses históricos americanos no Brasil e na América Latina.

Isso não quer dizer que em outros momentos também recentes, o governo americano não tenha feito coisas que eu considero totalmente nefastas e criticáveis. Mas, por exemplo, nas eleições todas as pesquisas indicam que Lula vai ser eleito. Bolsonaro está, como o Trump fez, já dando sinais de que não vai aceitar os resultados, o que pode mobilizar as Forças Armadas, ou pode fazer algo alegando que a urna eletrônica é inválida como o Trump fez nos EUA contra o sistema eleitoral americano. Nesse sentido, se tiver uma eleição democrática, e eu acredito que vai ter, vai ser fundamental, algo que é tradição desde 1989,

o governo americano reconhecer, imediatamente, o resultado das eleições. Essa é uma preocupação de um setor progressista tanto do Congresso como da sociedade civil americana mobilizada para defender a democracia e garantir que se o povo brasileiro decidir que é o Lula que tem que ser o presidente, que o reconhecimento seja imediato.

- O senhor morou aqui no Brasil há algumas décadas e foi um dos precursores da luta LGBTQIA+. O

“AS NOTÍCIAS SÃO DIRIGIDAS PELA IDEOLOGIA CONSERVADORA. É ABSURDO O ESPAÇO DA MÍDIA PARA A TERCEIRA VIA, QUE NÃO EXISTE”

Brasil continua sendo o país que mais mata homossexuais, travestis, transexuais. O senhor vê avanços com relação aos direitos dessa comunidade no Brasil?

- Eu estava em São Bernardo no lançamento da pré-candidatura da Symmy Larrat que é candidata a deputada federal pelo PT. Eu chorei nessa cerimônia porque foi realizada na sede do PT de São Bernardo, tinha representantes da prefeitura, vereadores, deputados estaduais e federais apoiando uma trans candidata pelo PT.

Eu tenho muito orgulho de dizer que quando eu morei no Brasil, o PT permitia a participação de estrangeiros no partido e eu fui um dos fundadores do PT, militava no [bairro] Bela Vista com a Clara Ant. E eu vi muitas mudanças na sociedade e na própria esquerda que, realmente, teve uma revolução em termos de compreensão da questão LGBT. Eu tenho orgulho de dizer que fui a pessoa que mais iniciou esse diálogo aqui no Brasil em 1979, 80, 81. Tiveram as greves gerais em 78, 79 e 80. Durante a terceira, o Lula estava preso e o sindicato estava sob intervenção. Nós levamos 50 gays e lésbicas para o 1º de Maio de 1980 com duas grandes faixas. Uma, contra a intervenção no sindicato dos Metalúrgicos do ABC e outra, contra a discriminação de trabalhadores homossexuais.

Hoje em dia, eu vejo que os sindicatos, o MST e a sociedade civil compreendem as nossas reivindicações. Ainda é parcial, existe muita homofobia mesmo dentro da esquerda. Isso é normal se você tem três, quatro mil anos de homofobia na sociedade. É difícil eliminar esse mal em 40 anos, mas eu vejo muitos avanços. E tem o fato de que a visibilidade também atrai, ironicamente, a violência na medida em que as pessoas conquistam os espaços. Outros ficam muito ansiosos com relação a essa conquista dos espaços e respondem com violência. Mas eu acho que existem avanços extraordinários.

É importante lembrar, no congresso da fundação do PT, em 1980, o Lula deixou muito claro que dentro do partido - eu não vou poder citar exatamente, mas isso saiu na Folha de S. Paulo - “tem espaço para pessoas homossexuais e que vão ser parte do nosso partido”. Eu tenho o prazer de ter acompanhado esse processo desde o começo. Me emociona muito quando penso nisso. •

CRIAÇÃO DE EMPREGOS. A PRINCIPAL BANDEIRA DO 1º DE MAIO



Desemprego e informalidade em alta. Média salarial baixa e inflação crescente. Mais do que festa, o Dia do Trabalho é data de luta e reivindicação contra o governo do atraso

Isaías Dalle

Desde suas primeiras celebrações registradas pela historiografia, o 1º de Maio é uma data de luta e reivindicação, mais do que festa. No Brasil de 2022, o Dia dos Trabalhadores e das Trabalhadoras não enseja comemorações. Desemprego em alta, direitos trabalhistas em extinção e ganhos insuficientes se somam ao quadro de desmonte das redes de proteção social em áreas como saúde e educação. O que não faltam são motivos de sofrimento e insatisfação.

Um sinal evidente dessa soma negativa é que mais da metade das famílias brasileiras (50,7%) está na linha da pobreza ou extrema pobreza, segundo pesqui-

sa recente feita pela Tendências Consultoria. A população que depende da força de trabalho agoniza e teme pelo futuro.

Emprego e renda são linhas-mestras da busca por justiça social e oportunidades em qualquer país. No Brasil atual, a necessidade pura e simples de criar vagas de trabalho assalariado torna-se a principal bandeira do 1º de Maio.

Pelos dados do IBGE, mais de 11% dos brasileiros em idade ativa estão desempregados, o que ultrapassa 12 milhões de pessoas. Essa taxa varia nas diferentes regiões. No Distrito Federal, por exemplo, o desemprego bate em 17% da população. Quem aparece nessas estatísticas são aqueles que ainda preenchem fichas atrás de uma vaga. Mas há outros em dificuldades.

Desalentados, aqueles que

já desistiram de procurar emprego formal, são mais de 4 milhões e 700 mil. As pessoas subocupadas, que gostariam de trabalhar e não conseguem, passam de 15 milhões. Em sua maioria, essas pessoas estão vivendo dos chamados bicos. Os números do IBGE referem-se ao mês de fevereiro.

Entre as pessoas que têm salários, com carteira assinada ou não, o poder de compra está achatado e só diminuiu, frente à inflação. O salário médio do conjunto dos setores econômicos, no primeiro trimestre, foi de R\$ 1.387, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). O valor está muito próximo do salário mínimo em vigor, de R\$ 1.212.

Já a inflação, no acumulado de um ano, registrado em abril,



CONTRA A CRISE Com inflação em alta, o desemprego galopante e a queda da renda, não resta aos trabalhadores e trabalhadores outra pauta de lutas que não seja por mais emprego e renda. O Brasil não aguenta mais a crise social

bateu em 12,03%. Isso faz o preço da cesta básica custar 58,6% do salário mínimo, em média, no mês de março. Na cidade de São Paulo, que tem a cesta mais cara do Brasil, essa relação é de 68% do salário mínimo.

A luta do povo exige esperança, além da denúncia das mazelas. Por isso, o movimento sindical brasileiro quer usar o 1º de Maio para apresentar propostas para enfrentar esse desafio, sob o tema Emprego, Direitos e Democracia.

As reivindicações estão condensadas na pauta apresentada por nove centrais sindicais durante a Conferência das Classes Trabalhadoras 2022 (Conclat), realizada no final de abril. Todas as propostas estão relacionadas em alguma medida à geração de emprego e renda. Porém, nem todas são de efeito imediato. Por isso, entre as reivindicações, há a criação de programas

de “imediata geração de emprego de qualidade”.

Uma das medidas para isso seria a retomada de “milhares” de obras públicas paralisadas em diversas áreas, com a contratação de trabalhadores e trabalhadoras, garantia de salário mínimo e de direitos sociais. “Seriam empregos gerados pelo setor público, de interesse público, com contratos temporários. Isso trará ocupação para os desempregados, enquanto a economia não se recuperar e dinamizar o mercado de trabalho”, explica Clemente Ganz Lúcio, coordenador do Fórum Nacional das Centrais Sindicais.

O presidente da CUT, Sérgio Nobre, destaca que o Estado tem outros mecanismos de intervenção em caráter emergencial. “Propomos, além da implementação de projetos de investimentos já aprovados, a mobilização

de recursos para pequenas obras e serviços urbanos, como limpeza urbana e cuidados ambientais, manutenção de unidades de saúde e escolas, retomada ou início de projetos de saneamento básico”, aponta. O poder de compra do governo federal é outra ferramenta que deve voltar à cena, defende o sindicalista.

As ideias estão em sintonia com a proposta emergencial apresentada pelo Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil, da Fundação Perseu Abramo. Assim como as centrais sindicais, as propostas de geração de trabalho contidas no plano apontam para o suprimento de carências urgentes na infraestrutura das cidades como nicho de oportunidades.

O diagnóstico dos problemas e o início das operações devem ser orientados em perspectiva regional, a partir dos territórios.



MAIS EMPREGOS Sérgio Nobre, da CUT, defende que o governo federal use sua força para gerar frentes de trabalho nas cidades a fim de reverter o quadro

Os municípios e seus bairros, especialmente as periferias, seriam o ponto de partida dos investimentos. Esses investimentos devem ser acompanhados pelo estímulo à economia solidária e a pequenas e médias empresas. Esses empreendimentos se tornariam fornecedores das cadeias produtivas que surgirem, gerando desenvolvimento local.

Paralelamente a um programa emergencial de criação de empregos, as centrais sindicais reivindicam outras medidas mais amplas e estruturantes para o mercado de trabalho. Algumas delas são uma política de incentivo à pesquisa e modernização da indústria, o reposicionamento das empresas públicas como carros-chefes de grandes projetos e o empoderamento da agricultura familiar no desafio do combate à fome. Investimentos na transição para um modelo produtivo com baixo uso de combustíveis fósseis, além de uma necessidade, é encarada como outra janela de oportunidades.

No curto prazo, entretanto, a ação rápida do poder público como contratante de mão de

obra é essencial para combater o desemprego. Mas nem mesmo a geração imediata de postos de trabalho será rápida o bastante para amenizar os efeitos acumulados no longo período de empobrecimento das famílias.

Por isso, também em caráter emergencial, as centrais defendem a renegociação de dívidas, especialmente as do sistema financeiro habitacional, em processo capitaneado pelo governo federal. Renegociação é mais do que simplesmente liberar verbas do FGTS para quitar débitos. Essa opção, feita pelo atual governo, despe um santo para vestir outro, gerando novo problema no médio e longo prazo. Esvazia um fundo público e não oferece saída estruturada para os mutuários.

E, assim como nos primórdios do 1º de Maio, a redução da jornada de trabalho surge firme entre as bandeiras deste ano. A medida também pode ser encarada como emergencial, uma vez que se prevê o surgimento de novas vagas em substituição às extenuantes jornadas. Mas envolve outros atores sociais e pode demorar mais do que o desejado.

O mesmo ocorrerá na elaboração de nova legislação trabalhista e sindical, que substituiria as regras da contrarreforma de 2017. Menina dos olhos do movimento sindical, a nova legislação deve demandar tempo e negociação entre governo e representantes dos trabalhadores e dos empresários. Como ocorreu na Espanha, cuja reforma, que inspira o movimento sindical brasileiro, foi aprovada neste ano.

Pela reforma, graves problemas no mercado de trabalho, como a informalidade e falta de proteção social, que é avassaladora em casos como os de entregadores por aplicativos, podem ser superados, na opinião das centrais. As entidades querem também retomar protagonismo no processo de mediação. O enfraquecimento dos sindicatos, reflexo da contrarreforma de Michel Temer e do desmantelamento do mercado de trabalho, é um desamparo. Apenas 14% das negociações salariais coletivas conquistaram aumento real - acima da inflação - em março.

Outro ponto de consenso do movimento sindical brasileiro é a necessidade de um novo governo federal a partir de 2023. As nove entidades signatárias da pauta explicitam que Bolsonaro precisa sair. As propostas foram entregues ao ex-presidente Lula e seu candidato a vice, Geraldo Alckmin. Ciro Gomes também a recebeu, pelas mãos da CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros).

Nem mesmo o fascismo original ousou dar as costas ao movimento sindical e trabalhista, como fez Bolsonaro. Já Lula, batizado politicamente no sindicalismo, garantiu que vai governar com ouvidos atentos às demandas trabalhistas, caso eleito. Escuta e negociação, como inegavelmente fez em seus dois mandatos presidenciais. Oxalá o 1º de Maio 2022, assim como o Carnaval deste ano, seja prenúncio de renascimento. •



LULA QUER COMBATER INJUSTIÇAS E VENCER A MENTIRA

Em entrevista com youtubers, o líder nas pesquisas garante que vai priorizar investimentos em saúde e na escola em tempo integral, apoiar direitos trabalhistas e manter diálogo respeitoso com evangélicos

Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu com youtubers de diferentes partes do país na terça-feira, dia 26, em São Paulo. Essa foi a segunda entrevista coletiva que ele concedeu para os meios alternativos. O ex-presidente voltou a fazer críticas a Jair Bolsonaro. Ele disse que o atual presidente da República “vive no mundo da mentira”, que só sabe desrespeitar e faz de tudo para enfraquecer as instituições. Lula apontou que Jair Bolsonaro deve ser responsabilizado por mais da

metade das mortes dos quase 700 mil brasileiros que faleceram durante a pandemia. Por outro lado, declarou que a saúde será uma prioridade caso vença as eleições.

Ainda sobre Jair Bolsonaro, Lula criticou a prática de decretar sigilo em qualquer informação que possa comprometer o presidente, seus filhos ou figuras parceiras. “Nós vamos dar um jeito nisso”, declarou. O ex-presidente também analisou a relação de Jair Bolsonaro com o Congresso Nacional e afirmou que Bolsona-

ro não tem força nenhuma, “nunca antes na história desse país teve um presidente tão rastejante diante do Congresso”.

Durante a entrevista Lula foi questionado sobre se existe dificuldade em dialogar com os evangélicos que se aproximaram muito em 2018 de Jair Bolsonaro, que desde então conta com o apoio de pastores milionários e midiáticos. O ex-presidente ironizou a religiosidade de Jair Bolsonaro. Disse que o atual presidente “não acredita em Deus” e completou que “o Bolsonaro fica



mais religioso em época de eleição". Apesar da constante tentativa bolsonarista de relacionar Lula e o PT a pautas que sejam ofensivas para os evangélicos, o ex-presidente afirmou que não vai discutir com os pastores que apoiam Bolsonaro. O objetivo é dialogar diretamente com homens e mulheres evangélicos porque "eles nunca foram tão respeitados como no meu governo".

Uma das preocupações demonstradas pelo ex-presidente em diferentes momentos da entrevista, que durou mais de três horas, foi com a ideia de empreendedorismo. As condições precárias e a vulnerabilidade dos trabalhadores de aplicativos de entrega ou transporte de pessoas foram alvo de críticas por Lula. Essas grandes empresas que atuam em diferentes países costumam tratar esses trabalhadores por "parceiros" e também por "empresários", o que é algo absurdo na visão do ex-presidente, que lembrou da reunião com a vice-primeira-ministra espanhola, Yolanda Díaz, realizada no final de março.

O ex-presidente voltou a falar sobre a necessidade de realizar uma mesa de negociações com todos os setores para rediscutir os termos de uma reforma trabalhista, a exemplo do que ocorreu na Espanha. "O Brasil precisa de uma legislação atual e que respeite os direitos dos trabalhadores". Lula ainda disse que deseja incluir no plano de governo, coordenado por Aloizio Mercadante, a criação de uma carteira no BNDES específica para pequenos e médios empresários.

A nova crise entre os Poderes provocada pelo indulto concedido por Jair Bolsonaro ao deputado Daniel Silveira também foi comentada pelo ex-presidente Lula. Nos últimos dias, a grande imprensa noticiou que o petista não tinha se pronunciado sobre o ocorrido. Lula declarou que "Bolsonaro foi estúpido", "foi medíocre". Na perspectiva do ex-presidente, Bolsonaro conseguiu abafar os desfiles do carnaval em que foram feitas muitas críticas ao presidente e ao seu governo. "Bolsonaro quer permanecer no noticiário, não interessa se é coisa

boa ou ruim. Ele não se importa." Lula considera que a sociedade está cansada de tanto desgaste, por isso é fundamental restabelecer a harmonia.

O combate à fome foi outro tema muito abordado durante a entrevista coletiva. Lula declarou que essa será, novamente, a prioridade caso seja eleito presidente da República. Ele disse estar muito determinado a convencer os presidentes de outros países sobre a importância de acabar com a fome no mundo. "Só quem passa fome sabe o que é isso". Por fim, o ex-presidente foi questionado sobre o combate à violência. Ele declarou que a ausência do Estado é o que permite que a violência esteja tão presente no Brasil. Para controlar o problema, que é histórico, Lula já tem como uma primeira ambição a universalização da escola em tempo integral. E com o objetivo de aprofundar as discussões sobre o problema e encontrar soluções, ele anunciou que vai realizar um encontro com todos os governadores progressistas para discutir possíveis medidas. •



FRENTE AMPLA QUER A VOLTA DOS CUIDADOS COM O ENSINO BÁSICO

Encontro promovido por Todos pela Educação debateu propostas para desenvolvimento do ensino básico. Legado do PT na área foi reconhecido

A ONG Todos Pela Educação reuniu lideranças políticas, empresariais e profissionais da área da educação de todas as regiões do Brasil em seu encontro anual, realizado na semana passada em São Paulo. O objetivo era discutir políticas públicas e ações para desenvolver o ensino básico.

Aloizio Mercadante, ex-ministro da Educação, falou em nome de Luiz Inácio Lula da Silva. Mercadante criticou o desmonte dos programas criados para a formação continuada de professores, citou o Mais Educação, a tentativa de enfraquecer o Fundeb e comparou o tamanho do orçamento da Educação durante os gover-

nos do PT com o quanto ele vem diminuindo nos últimos anos. Além desses, Aloizio Mercadante lembrou da importância do Fies, do Prouni, do Ciências sem Fronteiras, Enem, Sisu e Reuni, entre outros. "Tudo o que foi destruído ou abandonado nestes últimos anos precisa ser recuperado com urgência", concluiu o ex-ministro, que preside a Fundação Perseu Abramo e coordena a construção do plano de governo do ex-presidente Lula.

A apresentação feita por Aloizio Mercadante foi a única presencial. As propostas dos demais candidatos foram apresentadas em vídeos gravados, transmitidos no telão do evento. O presidente da República, Jair Bolsonaro, foi

o único que se recusou a responder à ONG Todos Pela Educação. Durante o evento foram apresentados exemplos de projetos que têm tido resultados positivos nos últimos anos. É o caso de Piauí, Ceará, Pernambuco e Espírito Santo.

Os governadores de cada um desses estados participaram de rodadas de discussão mediadas por representantes da entidade. O evento também teve a presença de Marina Silva (Rede), Gilberto Kassab (PSD), Márcio França (PSB) e Geraldo Alckmin (PSB).

Na parte final do encontro, Aloizio Mercadante fez outra intervenção, dessa vez como ex-ministro da Educação e não enquanto representante do ex-presidente Lula. Novamente, ele criticou a destruição da educação básica, das universidades e dos programas de financiamento de pesquisas. Mercadante lembrou que a lei de cotas, por mais importante que tenha sido, enfrenta tentativas de ser destruída com a chegada do prazo de revisão da legislação. Ele afirmou, mais uma vez, que reconstruir o Ministério da Educação é uma prioridade do plano de governo de Luiz Inácio Lula da Silva. O ex-governador e candidato a vice-presidente na chapa de Lula, Geraldo Alckmin, concordou com o presidente da Fundação Perseu Abramo e criticou a queda de investimentos em educação nos últimos cinco anos. Marina Silva fez uma fala no mesmo sentido, criticando o governo atual, enaltecendo as políticas que estavam funcionando antes do desmonte e declarando a sua torcida e seu empenho por uma mudança no Brasil. A presidente-executiva da ONG Todos Pela Educação, Priscila Cruz, que foi muito elogiada por todos, declarou ao final estar esperançosa e que dali saísse "uma frente ampla pela educação brasileira". •



NOVAS PESQUISAS CONFIRMAM LULA NA LIDERANÇA. CRISE ECONÔMICA É A MAIOR PREOCUPAÇÃO

A dianteira está na casa de 10% dos votos no primeiro turno. Entre as maiores insatisfações dos brasileiros hoje, destaque para o desemprego e a inflação

Matheus Tancredo Toledo

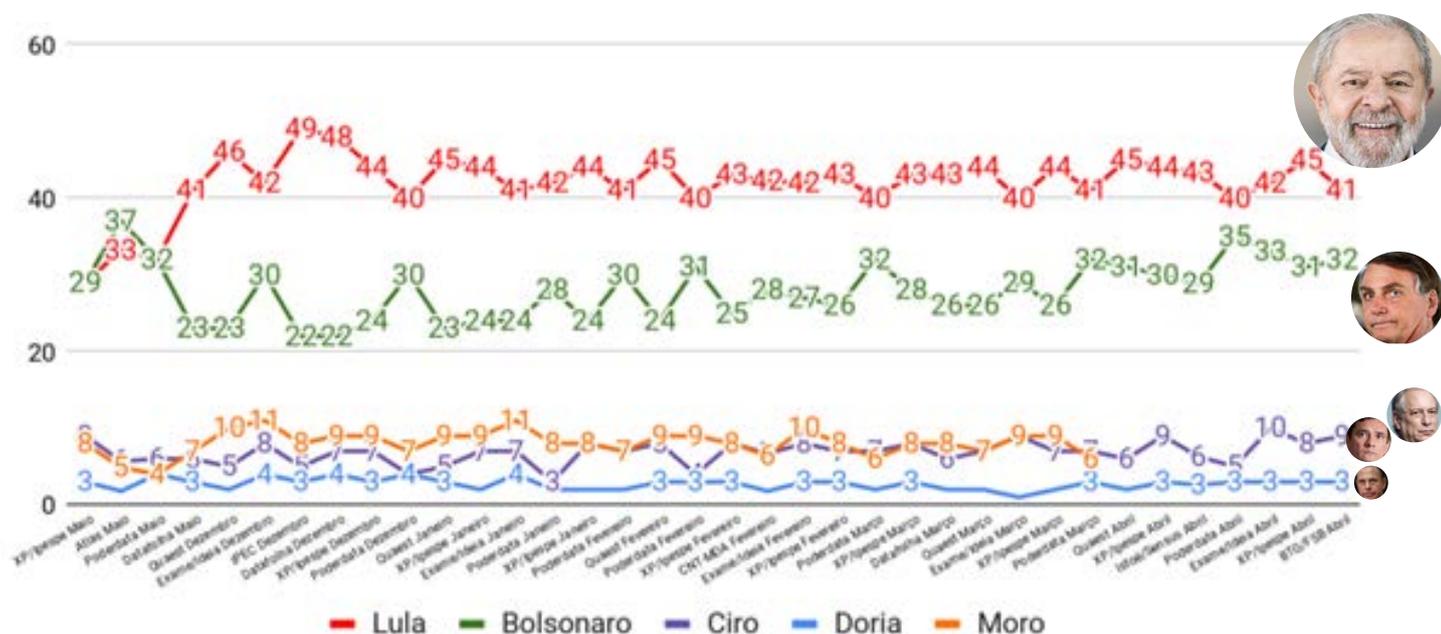
Neste artigo, trazemos as análises do NOPPE (Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos da Fundação Perseu Abramo) sobre as pesquisas mais recen-

tes divulgadas pelos institutos de pesquisa. As três mais recentes, dos institutos Ideia Big Data, Ipespe e FSB, atualizam os dados da corrida eleitoral e de avaliação do governo Bolsonaro.

Os três levantamentos, realizados por meio de entrevistas telefônicas, apontam o ex-presidente

Lula (PT) consolidado na liderança das intenções de voto. Segundo a pesquisa Ideia Big Data, realizada em parceria com a revista Exame, Lula alcança 42% das intenções de voto, contra 33% de Bolsonaro (PL) e 10% de Ciro (PDT). João Doria (PSDB) aparece com 3%, enquanto outros candidatos têm

Evolução primeiro turno



Elaboração: Noppe/Fundação Perseu Abramo

a preferência de 1% ou menos dos eleitores. As pesquisas não incluem mais o nome do ex-ministro de Bolsonaro, Sergio Moro, após seu novo partido (União Brasil) vetar sua candidatura.

Na pesquisa do Ipespe, realizada em parceria com a XP Investimentos, Lula aparece com 45% contra 31% de Bolsonaro, 8% de Ciro e 3% de João Doria. O deputado André Janones (Avante) e a senadora Simone Tebet (MDB) têm 2%, cada. Outros candidatos não alcançaram 1%. Por fim, a última das três pesquisas a ser divulgada, do instituto FSB em parceria com o banco BTG Pactual, Lula tem 41% contra 32% de Bolsonaro; Ciro tem 9%, seguido de Janones (3%), Doria (3%), Vera Lucia (1%) e Simone Tebet (1%). Outros nomes não alcançaram 1%. Nenhum dos levantamentos trouxe variação acima da margem de erro para os dois principais candidatos.

Nas simulações de segundo turno, mantém-se a vantagem de Lula sobre Bolsonaro. Há ligei-

ra divergência entre os institutos sobre qual seria a diferença: segundo o Ideia, Lula tem 9 pontos percentuais a mais que Bolsonaro (48% a 39%); o levantamento do Ipespe traz 20 pontos percentuais de vantagem para o ex-presidente (54% a 34%) - enquanto o FSB aponta para uma dianteira de 15 pontos percentuais para Lula (52% a 37%)

Em relação à avaliação do governo, não houve variação para além da margem de erro na reprovação ou na aprovação. Segundo o Ideia Big Data, 44% dos brasileiros consideram o governo ruim ou péssimo. As pesquisas Ipespe e FSB indicam para reprovação de 52% e 51%, respectivamente. A aprovação, segundo a primeira pesquisa, é de 29%, enquanto que na segunda e terceira é de 30%. Apesar da estabilidade frente ao mês anterior, cabe frisar que são patamares melhores - para o governo - que os vistos no final do ano passado.

As pesquisas reforçam o peso da pauta econômica para o elei-

torado. Segundo o Ideia, 61% veem o Brasil num rumo errado. Os principais problemas do Brasil são, para os entrevistados, o desemprego (19%), a saúde (18%), a inflação (17%), a corrupção (13%), a educação (11%) e a fome (11%). De acordo com o Ipespe, 95% dos brasileiros percebem o aumento dos preços nos últimos meses -- 63% esperam que continuarão aumentando. Já no levantamento da FSB, 89% dos entrevistados sentiram suas vidas serem afetadas pela inflação, e 69% afetadas por dívidas. O desemprego afetou a vida de 58% da população. 60% esperam mais aumentos no custo de vida e nos preços, enquanto 43% acreditam que aumentarão os atrasos nos pagamentos de contas. Neste levantamento, 62% da população considera que o Brasil se encontra em uma crise econômica. •

* Cientista político com mestrado na PUC de São Paulo, é analista do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (NOPPE), da Fundação Perseu Abramo.



Ricardo Stuckert

LULA RECEBE APOIO FORMAL DE REDE E PSB

A formação da frente para derrotar o fascismo bolsonarista segue firme, tendo o ex-presidente como aglutinador das lutas democráticas e por justiça social

Luiz Inácio Lula da Silva esteve em Brasília para dialogar com importantes aliados para a disputa eleitoral que será contra o fascismo bolsonarista. Lula se encontrou com parlamentares da Rede Sustentabilidade e participou da abertura do XV Congresso Nacional Constituinte da Autorreforma do PSB. As duas cerimônias ocorreram na quinta-feira, dia 28. A formalização das alianças é importante para a formação de uma frente plural e que possa ter força no Congresso em um futuro governo.

Ao participar do encontro com parlamentares e dirigentes da Rede Sustentabilidade, Lula afirmou: “A decisão de vocês, para mim, simboliza muito. Porque tem eleições que a gente pode até ganhar, mas é uma coisa sem

paixão, sem sentido. Mas nessa eleição agora, a gente está juntando as pessoas de esquerda deste país, as pessoas que acham que é possível construir um outro país, para tirar da Presidência da República um cidadão que jamais deveria ter chegado”.

O ex-presidente voltou a enaltecer a importância de o Brasil voltar a ter uma agenda de defesa do meio ambiente, de desenvolvimento sustentável e de proteção dos povos indígenas. Além disso, Lula defendeu a importância e criticou a negação da política. “Nós estávamos entorpecidos pela quantidade de mentiras e pela negação da política, nós sabemos o que aconteceu neste país. A imprensa é uma coisa extraordinária para garantir a liberdade de expressão, mas se torna perniciosa, quando mente, acusando todo mundo e dizendo que a política

é culpada. E não tem na história da humanidade saída que não seja pela política. Toda vez que você nega a política, o que vem depois é pior. Foi assim na Alemanha com o nazismo, foi assim na Itália com o fascismo e foi aqui no Brasil”.

O senador Randolfe Rodrigues (REDE/AC) defendeu a aliança com Lula: “Temos um outro Brasil a ser construído. Sua candidatura não é só para uma eleição. O que estará em jogo em outubro não é apenas uma eleição, é o destino de uma geração. Estamos diante de uma encruzilhada histórica, em que se encontram dois Brasis. Tem este Brasil da exploração, que tem como principal canteiro de obras a destruição. E tem o Brasil que provou que pode dar certo, um país que mostrou que crescendo todo ano poderia preservar a Amazônia”.

A reunião com o PSB contou com a presença de Geraldo Alckmin, que vai ser o candidato a vice-presidente na chapa de Lula. Ele falou sobre o momento triste que o país vive, com desemprego, carestia, sofrimento da população e governo negacionista, e disse que a chapa com Lula é um dever com foco no interesse público para mudar o Brasil. Já o ex-presidente Lula voltou a criticar a situação do país e defendeu a aliança com o ex-governador de São Paulo, “De vez em quando alguém diz, Lula e Alckmin já divergiram, por que agora eles estão juntos? Porque isso se chama política, isso se chama maturidade, isso se chama compromisso com esse país e compromisso com o povo brasileiro. Nunca antes na história, o Brasil precisou tanto de nós, como ele está precisando agora. A sociedade brasileira está precisando de alguém para salvar o país, para cuidar do povo brasileiro, para reeditar a soberania diante dos olhos do planeta Terra”. •

DECISÃO DA ONU É VITÓRIA DA DEMOCRACIA

O algoz Moro, abandonado, vê Lula nos braços do povo para vencer o fascismo e o ódio que se instalaram no país

Reginaldo Lopes

O anúncio do Comitê de Direitos Humanos da ONU de que o ex-juiz Sergio Moro perseguiu Lula e não deu



ao ex-presidente o direito a um julgamento justo confirma a parcialidade de Moro. A decisão da Organização das Nações Unidas é uma vitória da democracia brasileira, Faz-se Justiça!

O direito fora aviltado pela Operação Lava Jato, com os frenéticos procuradores da 'República de Curitiba', os quais estavam voltados para uma ação política e financeira a serviço dos adversários da democracia, nacionais e internacionais, e outras falcatruas que cometeram durante a perseguição a Lula, do que propriamente promover investigação séria e responsável.

Sob o manto da pseudolegalidade, a Lava Jato destruiu empresas e mais de 4 milhões de empregos no País, em nome de apenas um objetivo: tirar Lula das eleições de 2018. O resultado do desastre tem nome e sobrenome: Jair Bolsonaro.

Desde a condenação de Lula, renomados juristas do Brasil e do exterior já atestavam a sua inocência e a clara perseguição ao petista. Os advogados de defesa do ex-presidente, com competência e paciência, desmontaram uma a uma das infundadas acusações - todas sem provas - as quais

criaram um ambiente propício à prisão injusta e arbitrária de Lula, com apoio da chamada "grande mídia", que contribuiu à formação da falsa ideia de que Lula era culpado. Mas a "teoria" da Lava Jato caiu por terra quando

o STF anulou a condenação do ex-presidente em 2021, ao decidir que o então juiz Moro não tinha jurisdição para investigar e julgar esses casos, e anulou a investigação com base em que Moro não era considerado imparcial.

Sobre o julgamento na ONU, os advogados Cristiano Zanin e Valeska Martins, em coletiva de imprensa na última quinta-feira (28), informaram que o julgamen-

to foi realizado entre janeiro e março deste ano, sendo que os 15 juízes concluíram que Lula teve violados seu direito a ser julgado por um tribunal imparcial, seu direito à privacidade e seus direitos políticos, após Moro e os procuradores da Lava Jato desrespeitarem os artigos 9, 14, 17 e 25 do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos. Essas violações ficaram comprovadas em diversos episódios, como a divulgação de gravações ilegais de conversas telefônicas, a condução coercitiva em março de 2016 e a prisão injusta e a proibição de concorrer às eleições em 2018.

Portanto, não podemos esquecer jamais que o presidente Lula teve seus direitos políticos violados, uma vez acusado e perseguido por um juiz autoritário e com ambição de poder - como detetou uma especialista em psicologia forense nos EUA, que analisou o perfil psicológico de Moro.

Assim, fica muito evidente que o ex-juiz não respeitou a Constituição e nem os direitos humanos. Sergio Moro hoje está esquecido pela população e observa que os brasileiros e brasileiras sabem que Lula é o maior líder popular do planeta Terra e é a grande esperança do Brasil. O algoz Moro, abandonado, vê Lula nos braços do povo para vencer o fascismo e o ódio que se instalaram no país, os quais estão com os dias contados. Lula, a esperança está no meio de nós, livre. •

**A LAVA JATO
DESTRUIU
EMPRESAS E MAIS
DE 4 MILHÕES DE
EMPREGOS EM
NOME DE APENAS
UM OBJETIVO:
TIRAR LULA DAS
ELEIÇÕES**

* Economista, é deputado federal por Minas Gerais e líder do PT na Câmara dos Deputados.



Ricardo Stuckert

teve direito a julgamento justo e imparcial, que ele foi julgado por um juiz parcial, que era o ex-juiz Sergio Moro”, ressaltou.

O advogado lamentou ainda o fato de Moro, que hoje, seis anos depois, já admitiu suas pretensões políticas, insista em fazer a defesa das condenações ilegais que aplicou contra Lula. As condenações, destacou Zanin, não existem.

“Esse tipo de afirmação revela até desconhecimento da estrutura judiciária, porque nós temos, dentro do nosso país, um sistema de recursos que busca reparar não só erros judiciários, mas sobretudo atuações como a do ex-juiz Sergio Moro, que são atuações parciais, arbitrárias, ilegais e que afrontam todo o sistema de Justiça. É preciso dizer que o presidente Lula não tem qualquer condenação”.

Zanin e Valeska explicaram que, além de reconhecer que Lula teve seus direitos “grosseiramente violados”, a ONU determinou que o governo brasileiro tome três providências no prazo de 180 dias. A primeira é definir uma forma de reparar os danos causados a Lula. A outra providência é adotar medidas para evitar que situações similares venham a ocorrer em relação a qualquer cidadão brasileiro. Por fim, o Brasil foi condenado a traduzir, publicar e divulgar amplamente o conteúdo da decisão. Segundo os advogados, o governo brasileiro é obrigado a cumprir a decisão porque reconhece, desde 1992, o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos da ONU.

Para Valeska Martins, a decisão da ONU “é um reforço ao Estado democrático de direito do Brasil”. “Temos certeza de que todos os cidadãos brasileiros terão o mesmo reconhecimento que o ex-presidente Lula está tendo hoje. Esse é um direito de todos”, observou. **Agência PT•**

ONU CONDENA ATUAÇÃO ILEGAL DE MORO CONTRA LULA

Advogados do ex-presidente afirmam que, ao contrário do que diz ex-juiz, não há mais condenações contra Lula, por terem sido anuladas

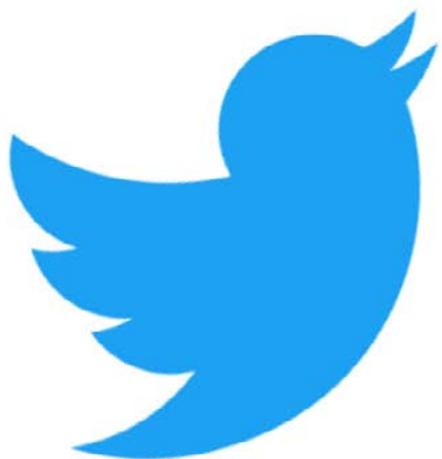
Uma decisão histórica e uma vitória não apenas de Lula, mas de todos aqueles que acreditam na democracia.” Foi assim que o advogado Cristiano Zanin definiu, na última quinta-feira, o resultado do julgamento feito pelo Comitê de Direitos Humanos da ONU a respeito da perseguição sofrida pelo ex-presidente por parte da Lava Jato e do ex-juiz Sergio Moro.

O comitê da ONU julgou o caso apresentado ainda em 2016 por Zanin e Valeska Martins, advogados de Lula, em conjunto com o australiano Geoffrey Robertson, no qual denunciavam que Lula era vítima de perseguição política

e violação de direitos humanos.

“É uma posição que nós recebemos com muita alegria. Uma corte internacional reconheceu que a operação Lava Jato, o ex-juiz Sergio Moro e o procurador Deltan Dallagnol atuaram de forma ilegal e arbitrária, afrontando um tratado internacional da ONU”, disse Zanin.

O advogado destacou que agora não é só o Supremo Tribunal Federal (STF) que aponta as ilegalidades de Moro e da Lava Jato, mas também a Organização das Nações Unidas. “A ONU reconheceu que houve a violação grosseira a dispositivos do Pacto Internacional e que Lula não



PASSARINHO NA GAIOLA

A compra do Twitter pelo bilionário Elon Musk levanta suspeitas de que a rede social de textos curtos poderá tornar-se território livre para a disseminação de notícias falsas e discurso de ódio

Bia Abramo

Descanse em paz, Twitter" ou "Chega de censura! Grande dia!?" A notícia da compra da rede social de microblogging do passarinho azul pelo bilionário Elon Musk, dono da automotora de carros elétricos Tesla, na segunda-feira, 25, abalou frequentadores da rede e provocou um tsunami de especulações nos noticiários de economia e de tecnologia.

Ainda que a compra não fosse exatamente novidade, uma

vez que Musk, ele mesmo um usuário de twitter falastrão, estivesse falando disso há algumas semanas, a efetivação da oferta de US\$ 44 bilhões (cerca de R\$ 214 bilhões) para transformar o Twitter em uma empresa de capital fechado tornou real aquilo que parte dos usuários da rede temia, enquanto outra parte comemorava.

Enquanto negociava a compra, inicialmente rejeitada pelo conselho do Twitter, Musk, em declarações à imprensa e mesmo postagens na rede, foi anunciando seus planos para a em-

presa sob seu único e exclusivo comando. Quer desde a criação da possibilidade de editar o tuíte uma vez publicado – entre as redes sociais grandes, como Facebook e Instagram, o Twitter é a única que não tem essa funcionalidade –, passando pela "limpeza" dos perfis falsos e/ou alternativos via identificação dos usuários. E, claro, um afrouxamento dos mecanismos de controle de conteúdos falsos, potencialmente perigosos e que ferem as regras da comunidade dos conteúdos ali publicados.

Desde que Donald Trump

foi banido do Twitter, durante a longa apuração das eleições presidenciais norte-americanas de 2020, por disseminação descontrolada de fake news sobre uma fraude eleitoral inexistente, a discussão sobre a responsabilidade política das redes sociais entrou em um novo capítulo para as grandes plataformas e agências reguladoras. O debate é como conciliar a liberdade de expressão e a facilidade de disseminação de opiniões prometidas pelas redes sociais e, ao mesmo tempo, impedir que as plataformas sejam transformadas em campo de batalha de mentiras e discurso de ódio?

Todas as redes sociais são regidas por algoritmos, que determinam aquilo que você vê e para quem entregam aquilo que você posta. Essa programação é o que faz das redes sociais plataformas acessíveis de publicação e edição de conteúdos, em tese ao alcance de todos, mas é necessário lembrar que empresas que detêm essa tecnologia são privadas e, por isso, parte dessa

programação é protegida.

O Facebook restringe a entrega de conteúdo de acordo com a quantidade de seguidores e de curtidas de cada um dos posts e amplia o alcance quando se paga por isso. O Twitter funciona de maneira diferente, uma vez que a lógica de exibição de conteúdos não é apenas determinada pelos algoritmos, mas também pela cronologia das postagens.

Por essa característica mais aberta da rede e pelo fato de limitar o tamanho das postagens, exigindo de quem publica a capacidade de sintetizar em frases curtas e oferecendo a quem lê uma espécie de manchete contundente, o Twitter se tornou a plataforma predileta de jornalistas, políticos e formadores de opinião de todo o espectro político. Daí o interesse de Musk.

Nascido na África do Sul em 1971, Musk amealhou esse patrimônio criando softwares e investindo em startups nos Estados Unidos. Investiu em sistemas de pagamento online, como a em-

presa que deu origem ao PayPal, em empresas de tecnologia de ponta, como a Tesla, e fundando sua própria companhia, a SpaceX.

O empresário tornou-se uma celebridade nas redes pelo fato de usar o Twitter de maneira pouco ética em seus negócios e por fazer declarações políticas reacionárias. Em 2018, tuitou que venderia a Tesla, recuando logo em seguida. O blefe fez as ações da empresa valorizarem mais de 15%. Musk recebeu uma multa de US\$ 20 milhões pela Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos por “enganar investidores”. Dois anos depois, acusado de ter participado de planos que resultaram na destituição do governo de Evo Morales na Bolívia, escreveu no Twitter: “Vamos dar golpe em quem quisermos, lide com isso”.

Pode-se depreender por esses dois exemplos o que o bilionário entende por “liberdade de expressão”. Além dos delírios espaciais e de frases completamente descoladas da realidade como “qualquer pessoa pode conseguir US\$ 100 mil para viajar até Marte desde que consiga trabalhar e economizar”, as inclinações políticas de Musk sugerem que, sob seu comando, o Twitter pode virar uma plataforma determinada por monetização e favorecimento das narrativas direitistas.

Não foi por outra razão que vários bolsonaristas festejaram a compra do Twitter. Encaram a manobra como uma vitória política. Ainda é cedo para prever o que acontece com a plataforma, mas o que se sabe é que, quando meios de comunicação não estão submetidos a nenhum tipo de controle social nem a nenhum código de ética profissional, o estrago pode ser grande. •





COMO O PT SALVOU O BRASIL: EXPANSÃO DA PROTEÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Estagnado durante os governos tucanos, o salário-mínimo se valorizou, em termos reais, mais de 74% com Lula e Dilma. Com isso, a taxa de cobertura previdenciária para a população teve crescimento de 17,7% entre 2002 e 2014

Eduardo Fagnani *
Gerson Gomes **
Guilherme Mello ***

Neste vigésimo quarto artigo da série organizada para oferecer fatos e números que desconstroem as mentiras circulantes, segundo as quais a política econômica do PT teria “quebrado o Brasil”, destacamos que a melhoria do emprego veio acompanhada por uma política consistente de fortalecimento das rendas do trabalho, que tiveram impacto positivo na cobertura e nas finanças da Previdência Social.

Contrariamente ao que pretendia a narrativa liberal, os constantes aumentos do salário-mínimo impulsionaram a expansão do mercado interno de consumo de massas, garantindo sustentação do ciclo de crescimento.

Houve a expansão e formalização do emprego, aumento e democratização do crédito, acréscimos nos rendimentos laborais, valorização real do salário-mínimo

e redução do desemprego e da informalidade ampliaram a massa salarial. Tudo isso trouxe reflexos positivos sobre a cobertura e sobre o financiamento da Previdência e da Seguridade Social.

A taxa de cobertura previdenciária da população economicamente ativa – entre 16 e 59 anos –, que vinha declinando no período 1995-2002, aumentou significativamente, passando de 61,7% em 2002, para 72,6% em 2014, crescimento de 17,7% – gráfico 1.

O salário-mínimo, praticamente estagnado durante os governos Fernando Henrique Cardoso, valorizou-se, em termos reais – acima da inflação –, mais de 74% no ciclo petista. Isso beneficiou diretamente 28% dos trabalhadores brasileiros e aproximadamente 65% dos aposentados pelo INSS. Em janeiro de 2015, o salário-mínimo atingiu seu maior poder de compra em 50 anos, desde agosto de 1965). Com a valorização do salário-mínimo, o valor real dos benefícios cresceu continuamente entre 2002 e 2015 – gráfico 2.

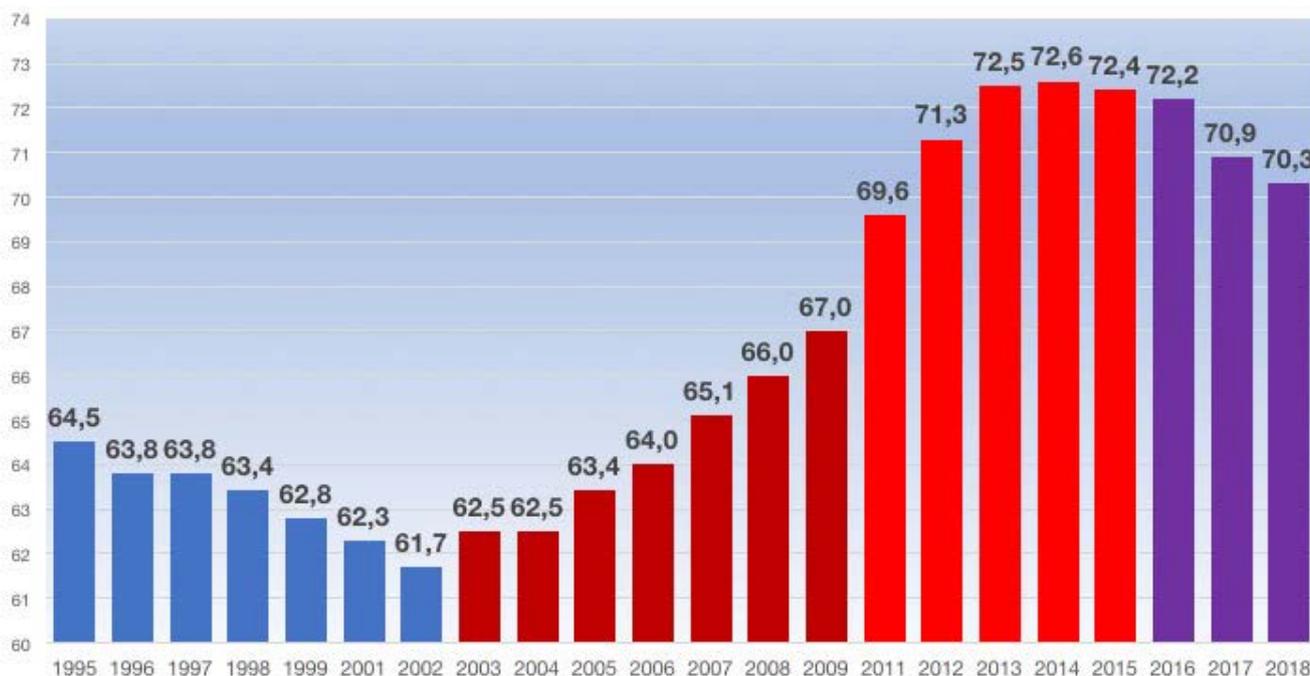
Entre 2002 e 2014, a arrecada-

ção líquida da Previdência Social, a preços constantes, passou de R\$ 169,9 bilhões para R\$ 432,5 bilhões, um crescimento bruto de 154,6%. Em consequência, as necessidades de financiamento da Previdência, apesar do expressivo aumento das despesas com benefícios previdenciários, da ordem de 140,2%, se mantiveram dentro de limites razoáveis. Mais do que isso, no período entre 2008 e 2014, situaram-se em patamar inferior ao registrado em 2007, revertendo a trajetória expansionista inaugurada no governo FHC.

Até 2015, o suposto “déficit da Previdência” – porque considera apenas as receitas previdenciárias e não leva em conta as fontes de receita da Seguridade Social como determina o artigo 195 da Constituição – estava sob controle. A “necessidade de financiamento” para cobrir a diferença entre a arrecadação líquida e a despesa com benefícios situou-se num patamar entre R\$ 54 bilhões e R\$ 72 bilhões, entre 2011 e 2014. Nos governos Temer e Bolsonaro, as “necessidades de financiamento”

Evolução da Taxa de Cobertura Previdenciária da PEA. Gráfico 1

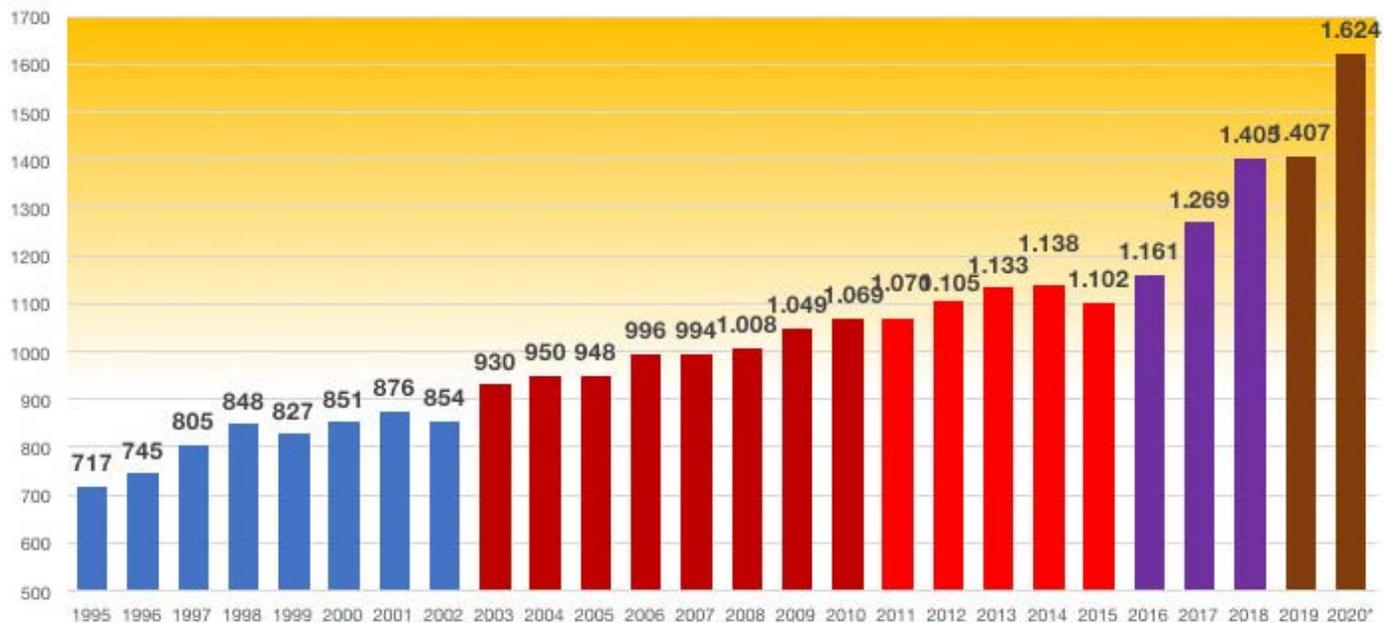
Período de 1995 a 2020



Fonte: Informes da Previdência Social. Vol. 27 nº 11; vol. 28 nº 12; vol. 30 nº 5 e 6; e vol. 31 nº 11. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. Vinte e Cinco Anos de Economia Brasileira. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Valor médio real dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social. Gráfico 2

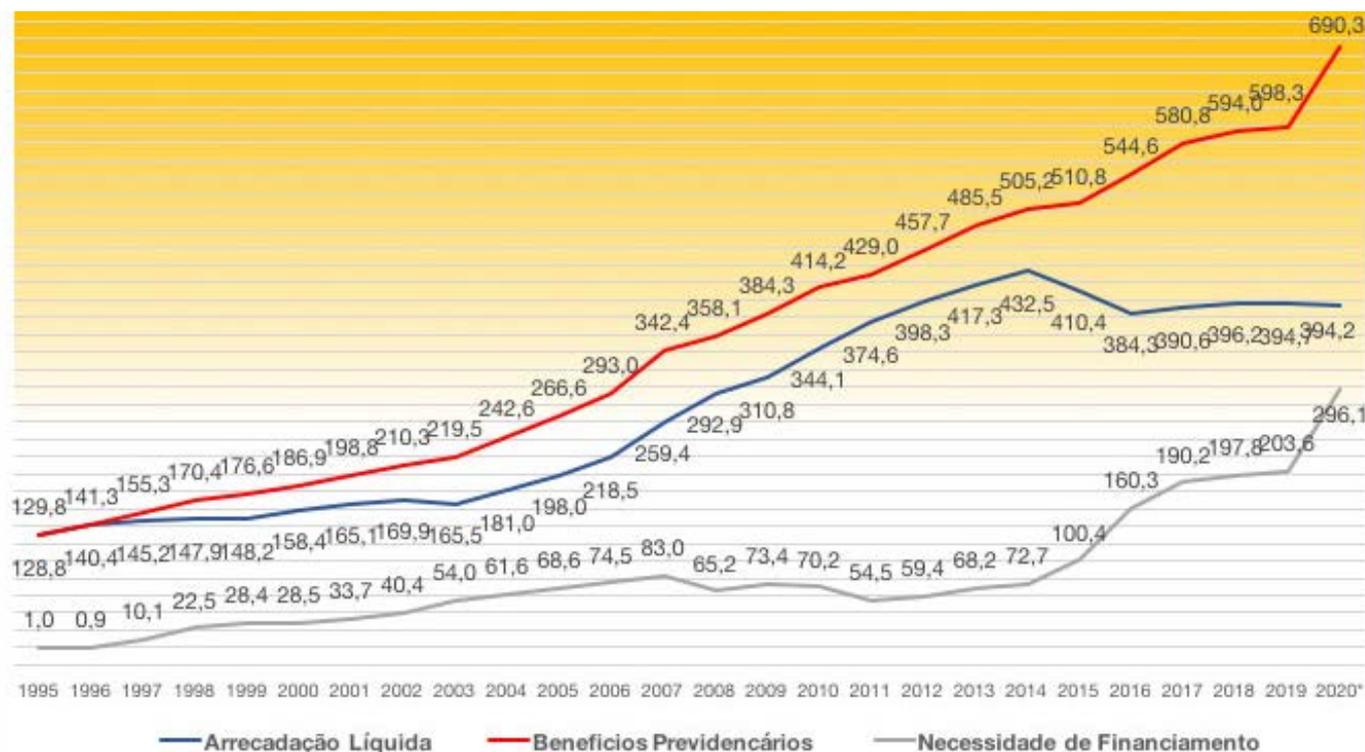
Em reais de julho/2020 (INPC). Posição em dezembro de cada ano



Fonte: Informes da Previdência Social - Vol. 29 nº1 (dados de 1995 a 2016); vol. 30 nº 1 (dado de 2017); e vol. 31 nº 1 (dado de out/2019). GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. Vinte e Cinco Anos de Economia Brasileira. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Evolução da arrecadação líquida e despesa com benefícios da Previdência. Gráfico 3

Em R\$ bilhões de setembro de 2020 (INPC)



Fonte: Informes da Previdência Social. Vol.27 nº 1 (2015) a nº 31, nº 5 (2019); e vol. 32, nº 10. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. Vinte e Cinco Anos de Economia Brasileira. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

da Previdência passaram para R\$ 205 bilhões (2019) e R\$ 296 bilhões (2020).

Assim se vê que, também nesse caso, não se sustenta a afirmação de que a "crise", que teria sido gerada pelos governos do PT, teria

sido, fundamentalmente, fruto da "irresponsabilidade fiscal", como o arbítrio mais delirante nunca se cansa de repetir. •

* Doutor em Economia pela Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (CESIT), da

Universidade de Campinas (Unicamp).
** Membro do Conselho do Centro de Altos Estudos do Brasil para o Século 21. Foi funcionário de carreira da FAO e da CEPAL e assessor econômico no Senado e na Câmara. *** Professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica, da Unicamp.



1º de maio de 1940

GETÚLIO VARGAS CRIA O SALÁRIO MÍNIMO

Na festa de 1º de maio de 1940, Getúlio Vargas anuncia a criação do salário mínimo. O decreto assinado pelo presidente determinava piso para a remuneração mensal dos trabalhadores da cidade, que deveria satisfazer “às suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte”.

O Dia do Trabalhador é comemorado no São Januário, estádio do clube Vasco da Gama. Getúlio é recebido sob aplausos por 40 mil trabalhadores. À

multidão, o presidente diz: “os trabalhadores nunca obtiveram, sob os governos eleitorais, a menor proteção, o mais elementar amparo. Para arrancar-lhes os votos, os políticos profissionais tinham de mantê-los desorganizados e sujeitos à vassalagem dos cabos eleitorais”.

O decreto determina que o salário mínimo será fixado a partir da realidade econômica de cada região, com 14 valores diferentes – variando de 90 mil-réis no interior do Nordeste a 240 mil-réis nas grandes cidades.

Outras datas históricas

05/05/1818: Nasce em Tréveris, na Alemanha, o filósofo, historiador, sociólogo e jornalista Karl Marx. Teórico político e revolucionário socialista, estudou direito e filosofia nas universidades de Bona e Berlim. É se tornaria dos mais influentes pensadores de todos os tempos.

03/05/1926: Nasce em Brotas de Macaúbas, na Bahia, o geógrafo Milton Almeida dos Santos.

05/05/1893: Nascimento do dirigente comunista Farabundo Martí, em Teotepaque, El Salvador.

01/05/1979: Lançamento da Carta de Princípios do PT.

02/05/1989: Bombardeado o Memorial 9 de Novembro, de Oscar Niemeyer, em homenagem às vítimas da greve da CSN, mortas no Massacre de Volta Redonda, em 1988.

29/04/1994: Realizado em Brasília o 9º Encontro Nacional do PT.

30 de abril de 1981

ATENTADO A BOMBA NO RIOCENTRO

Morre o sargento do Exército Guilherme Pereira do Rosário e fica gravemente ferido o capitão Wilson Dias Machado na explosão de uma bomba no estacionamento do RioCentro, no Rio de Janeiro. O explosivo era manuseado pelo suboficial dentro de um carro. Os dois militares eram agentes do DOI-Codi do 1º Exército e planejavam detonar o artefato no auditório do pavilhão, no qual 20 mil pessoas assistiam ao show comemorativo do 1º de Maio.

O objetivo era criar pânico na plateia e responsabilizar um grupo de esquerda pelo atentado. A explosão acidental da bomba frustrou o plano terrorista e abriu a mais grave crise política do governo do general presidente João Baptista Figueiredo.

A participação de militares num plano criminoso, que poderia ter feito um número incalculável de vítimas, chocou a sociedade. Em vez de investigar e punir os responsáveis, o governo da “abertura” ajudou o comando do 1º Exército a acobertá-los, por meio de um inquérito fraudulento.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Os textos remetem a um calendário de eventos e personalidades da esquerda que é colaborativo e está em constante atualização.

Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br memorialdademocracia.com.br



1º de maio de 1943

INSTITUÍDA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Marcando o Dia do Trabalhador de 1943, Getúlio Vargas assina a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) durante as comemorações de 1º de Maio. Cerca de 100 mil pessoas comparecem ao ato na Esplanada do Castelo, no Rio. A multidão é formada por trabalhadores das mais diversas categorias – operários de fábricas, empregados do comércio, servidores públicos, ferroviários, marítimos e tecelões.

A CLT reúne todas as leis trabalhistas instituídas desde a Revolução de 1930. E regulamenta a relação entre patrões e empregados, estabelecendo ainda regras referentes à jornada de trabalho, férias, descanso remunerado e condições de segurança e higiene dos locais de trabalho. Além disso, determina que os contratos entre trabalhadores e empresas sejam registrados na carteira de trabalho.

5 de maio de 1996

PT CRIA A FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

A Fundação Perseu Abramo nasce em 5 de maio de 1996, concretizando uma antiga aspiração do PT: construir um espaço fora das instâncias partidárias onde estivessem abarcadas opiniões plurais para reflexão política, além da promoção de debates, estudos e pesquisas.

A decisão do Diretório Nacional do PT veio após a criação do fundo partidário e a determinação pela destinação mínima de 20% dessa verba para a criação e manutenção de “instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política”. O sociólogo, professor e jornalista Perseu Abramo, então secretário de Formação Política do PT, ficou responsável por realizar estudos para a constituição de um instituto ou fundação.

3 de maio de 2007

QUEBRADA PATENTE DE REMÉDIO ANTI-HIV

O fármaco anti-HIV Efavirenz tem sua patente quebrada em 3 de maio de 2007. Naquele dia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva declara a utilidade pública do antirretroviral, aprovando seu licenciamento compulsório – o que na prática implicava quebra da patente. A medida atinge não apenas o medicamento, mas seu principal componente, uma das drogas mais caras usadas no coquetel de terapia contra o HIV/Aids.

A distribuição de medicamentos de combate ao HIV pelo Sistema Único de Saúde era obrigatória desde 1996. Em 2001, considerou-se a possibilidade de o governo brasileiro quebrar a patente de medicamentos retrovirais, caso os laboratórios não reduzissem os preços.

A medida não foi concretizada devido às reações internacionais contrárias – como a representação dos Estados Unidos na Organização Mundial do Comércio (OMC). Ainda assim, a iniciativa levou à redução do preço dos medicamentos.

Até 2007, o governo comprava o Efavirenz a US\$ 1,59 do laboratório norte-americano detentor da patente. Depois do licenciamento compulsório, passou a pagar US\$ 0,44 pelo genérico importado da Índia. Segundo estimativas do governo, o país economizou R\$ 30 milhões só no primeiro ano.

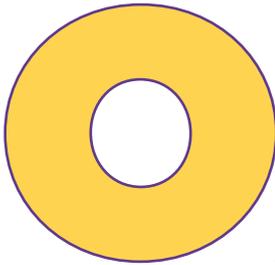


CULTURA

**O nome
dele era
Prince**

O cantor e compositor, morto em 21 de abril de 2016, aos 57 anos, fez uma pequena revolução em muitos estereótipos da música. Pequeno grande homem de talentos múltiplos e produtor dos próprios discos, o norte-americano ainda sacudiu as noções de masculinidade e do lugar da música negra nos EUA

Bia Abramo



ano de 2016, definitivamente, não foi bom para a música. Em 10 de janeiro, David Bowie morreu. Poucos meses depois, em 21 de abril, vimos estarrecidos a morte do artista que era chamado de Prince. No Natal do mesmo ano, se foi George Michael. O efeito dessas mortes para o pop internacional foi devastador. Perdemos músicos fazedores de sucessos, como "Let's Dance", "Kiss" e "Freedom '90". Perdemos a chance de ver performers inspiradores no palco e, ainda, personalidades artísticas que foram além de seu tempo e, como diríamos hoje, influenciaram comportamentos no mundo inteiro.

Embora nenhum crítico ou jornalista de música coloque os três no mesmo lugar em termos de importância, o efeito dessas mortes foi devastador para milhões de fãs no mundo todo – efeito bastante amplificado pela comoção que causaram e provocaram nas redes sociais. Se em termos de relevância artística talvez Bowie e Prince estivessem mais ou menos no mesmo plano e George Michael um tantinho abaixo, o fato é que os três eram pop o suficiente para que contassem seus fãs na casa dos milhões.

Por mera coincidência, os três também estiveram em shows no Brasil bem no início da década de

1990. David Bowie com a turnê Sound+Vision em setembro de 1990 para shows no Rio de Janeiro e São Paulo. E Prince e George Michael em janeiro de 1991 na segunda edição do Rock in Rio. Naqueles modorrentos anos 90, em que o grunge dominaria a cena e antes da estréia da MTV no Brasil, a aparição de estrelas desse porte foi uma fulguração que não passou despercebida.

Sobre aquele que se chamou Prince, Focus conversou com dois jornalistas de cultura e um curador de música para audiovisual para tentar situar quem era esse multiinstrumentista talentosíssimo nascido em Minneapolis, cidade do meio-oeste dos EUA, em 1958.

Numa breve sinopse de uma carreira complexa e cheia de reviravoltas, Prince, velho demais para ser um artista das cenas do soul

ou do funk que dominaram o pop negro dos anos 1970, lançou seu primeiro disco em 1978 influenciado pela new wave. Com "1999", álbum de 1982, no entanto, o mix de funk, soul e rock dele já não causa tanta estranheza nem no público branco, nem no público negro – isso, nos Estados Unidos, país cujas últimas leis de segregação caiu em 1967, não é uma coisa ordinária.

Prince era uma figura provocante e provocadora, ao mesmo tempo. "Ele rompeu todos os paradigmas", diz Cláudia Lima, atualmente pauteira e pesquisadora do programa Saia Justa, do GNT. Para a jornalista-



ta, uma das primeiras negras a escrever numa revista de música de circulação nacional, a Bizz, além de destacar suas habilidades múltiplas como cantor, compositor, produtor e letrista, a facilidade com a qual Prince transitava entre gê-

neros musicais e a ambiguidade sexual foram o que mais chamou a atenção de início. “Ele era preto, mas aí fazia rock e também funk. Foi esse o estranhamento que a gente teve quando ele apareceu. Não sei se ele foi o primeiro, mas ele era queer. Era um cara, mas não era tão masculino. Pegava as maiores gatas da época e ao mesmo tempo tinha uma coisa feminina e afeminada”.

Pedro Noizyman, pesquisador de música para audiovisual, lembra: “Eu era moleque e gostava de metal. O que primeiro me chamou a atenção, no único programa de videoclipe que tinha na época, na TV Gazeta, foi a habilidade dele como guitarrista, ele tinha muita técnica. Se o Prince fosse só um guitarrista, ele seria considerado uma dos maiores guitarristas do mundo”.

No entanto, à medida que sua carreira prossegue e, sobretudo depois de “Purple Rain”, disco que não apenas o lançou para o topo das paradas, Prince começou a exigir das gravadoras o controle total sobre os seus discos – coisa que pega muito mal na indústria. Num movimento ousado, o artista mudou seu nome para um símbolo impronunciável e teve de passar a ser chamado de “the artist formerly known as Prince” – ou o “artista antes conhecido como Prince”.

Ainda que com diferenças, os três entrevistados são unânimes em afirmar que o homem com nome de título de nobreza vem do vasto e enorme legado da música negra norte-americana.

Alexandre Matias, jornalista e curador de música, chega a usar a palavra genealogia, para explicar de onde ele vem. “Ele está na genealogia da música negra: vem do gospel, o R&B, junto com o blues vai dar no rock, mas também divide aí e dá no soul, no funk e aí vai. O Prince tinha uma coisa de ser senhor de si mesmo, como artista, como empresário, como produto”.



REVOLUCIONÁRIO Músico talentoso, Prince produzia seus próprios discos

Lima, mais uma vez, lembra o papel fundamental de quebrador de paradigmas. “Numa era em que as imagens de videoclipes e shows ao vivo eram essenciais, ele ainda se apresentava com mulheres instrumentistas sensacionais: uma super baterista. Ou seja, era ele, com seu 1,58m de altura, usando aquelas botinhas de salto e as gatas. Só que em vez de elas estarem em posições clássicas de backing vocals, estavam no centro do palco. Tem um dado forte, nas diversas bandas que ele formou, de exibir e incentivar o empoderamento feminino”.

Quando numa pergunta livre e afetiva – pois música passa por tantos e tantos afetos –, peço para que digam o que mais “gostavam” em Prince, é surpreendente ouvir de Noizyman uma descrição quase poética do rosto do performer: “Aqueles fotos de capa, com aqueles olhos amendoados...”

Ele era um cara muito bonito e sabia disso. Sedutor e seduzível. Além de ser um grande letrista e dançarino, fazia baladas como ninguém, bem na tradição dos grandes cantores e compositores do soul, como Otis Redding e Sam Cooke. Pensa em ‘When Doves Cry’ ou mesmo ‘Kiss’. Fora a influência direta de James Brown, tanto na expressão corporal como dançarino, como nessa coisa de inventar esse soul jam em que a banda fica tocando e atijando a plateia em show ao vivo para que o personagem principal entre na hora certa”.

Lima também recorda da enorme influência de James Brown. “Eu vejo no Prince tanto Little Richard quanto James Brown. Ou seja, o bofão e o queer. E ele sai desse caldeirão de cultura negra e vai parar em Earth, Wind and Fire, em Quincy Jones e em toda aquela cena

de funk do final dos anos 1970 e que vai dar onde? Na disco”.

Por fim, pedi para que esses especialistas em Prince fizessem um ranking de cinco melhores músicas do artista. Tarefa difícil, dado que, na opinião desta modesta jornalista de música aqui, não há um disco da longa discografia do Prince que não tenha pelo menos uma meia dúzia de canções excelentes.

Matias, que também fazia como DJ as Noites de Trabalho Sujo, se esquivou: “Eu não consigo fazer o ranking e na ordem. Óbvio que tem ‘When Doves Cry’, tem ‘Controversy’ que não é tão óbvia, ‘I Wanna Be Your Boyfriend’, mas para mim tem uma música que está lá no panteão que não tem o que falar: ‘Purple Rain’. É o grande hit, a grande influência, o grande solo de guitarra... E fora a quantidade de paixões que essa música já embalou”.

Lima cita: “Pela ordem? ‘Take Me With You’, ‘New Power Generation’ (amo essa música!), ‘Pop Life’ é uma que é estranha de jogar na pista para as pessoas dançarem, mas eu também adoro é ‘Sexymotherfucker”.

“Fui consultar minha playlist e, sei lá, eu não sei se sei fazer isso. Vou te falar aqui das uma de cada fase que eu gosto muito: ‘I Wanna Be Your Lover’, do segundo disco, ‘1999’, seguida de ‘When Doves Cry’. Daí a balada mais linda que eu já ouvi, ‘Sometimes Snobs In April’, do disco ‘Parade’ e vou encerrar com ‘I Could Never Take the Place of Your Man’”, relata Noizyman.

Morto há seis anos, Prince não deixou filhos e morreu quietamente, quase que sem causar alarde. Estava recluso e detestava paparazzi. No entanto, seu tamanho na música, como diz Noizyman, “ainda está acontecendo”. Isso é a marca de um grande artista; mudar uma época e se projetar no futuro. •



'MEDIDA PROVISÓRIA' UM RETRATO DO BRASIL

Filme de estreia de Lázaro Ramos na direção conta o dia em que o governo brasileiro resolve devolver todos os descendentes de escravos para a África

Bia Abramo

Se tivesse sido lançado, como previsto em 2020, o impacto de “Medida Provisória”, filme dirigido por Lázaro Ramos e estrelado por Taís Araújo, Alfred Enoch, Seu Jorge e Adriana Esteves, talvez tivesse sido menor. Mas estamos em 2022 e desde a estreia tornou-se já um filme-fenômeno. Além de cinemas cheios, fazendo uma impressionante bilheteria de 85,5 mil apenas no primeiro final de semana, as sessões têm chamado a atenção pelo fato de, em muitos casos, acabar com manifestações contra o atual governo.

Fiel às suas raízes teatrais, Láza-

ro montou uma espécie de peça-didática sobre racismo projetada num futuro próximo: exatamente no dia em que será paga a primeira indenização a uma mulher, descendente de pessoas escravizadas, o governo brasileiro começa uma ofensiva de “devolução” dos negros ao continente africano.

Com traços da estética afrofuturista, acompanhamos, portanto, a jornada de dois primos, Antônio (Alfred Enoch) e André (Seu Jorge), numa escalada de violência e perseguição. A mulher de Antônio, Capitu (Taís Araújo), é médica. Antônio, advogado, é um homem da palavra. André, jornalista e blogueiro, de ação. Todos moram num apartamento de classe



ELENCO ESTELAR Lázaro Ramos como diretor funciona também pela escolha do cast: a partir da esquerda, Mariana Xavier, Seu Jorge, Taís Araújo, Alfred Enoch e Adriana Esteves

média no Rio de Janeiro.

Nos primeiros 15 minutos de filme, acompanhamos esse núcleo central, como se fosse um primeiro capítulo de telenovela, incluindo os travellings rápidos pela exuberância da beleza da Baía de Guanabara; as filmagens de alto à noite; em suma, os cartões-postais do Rio.

Até que entram em cena, como se fosse num segundo ato, o núcleo de poder branco, com a representante de um Ministério da Devolução (Adriana Esteves); a sinistra Dona Izildinha, vizinha dos primos Antônio e André, em participação de Renata Sorrah.

A referência ao ritmo e ao desenrolar de uma telenovela – ou de um episódio de minissérie em streaming – não é fortuita. A produção de Daniel Filho, um dos responsáveis, entre outras coisas, por levar Janete Clair para a Rede Globo e por séries como “Malu Mulher” e “Carga Pesada”, deixa clara a intenção de atingir o grande público.

Lázaro e Taís também têm origem na telenovela. Atuaram juntos em pelo menos duas novelas e estrearam a série “Mister Brau”. Ambos têm atuações fortes nas redes sociais tanto na discussão do racismo como na da cultura.

Taís e Lázaro, nascidos no final da década de 1970, pertencem também à geração de profissionais negros na tevê aos quais foram designados papéis de protagonismo e de não-subordinação.

Talvez por isso que Lázaro tenha escolhido para estreiar na direção de um longa metragem a adaptação de uma peça teatral de 2011 de Aldri Anunciação, uma vez que o texto da peça permite um elenco quase que em sua totalidade composto por pessoas negras. É aí também que reside uma das forças do filme; a representatividade num país que escamoteou seu racismo estrutural até anos bem recentes.

Nesse sentido, a escolha de não-atores em papéis-chave para o desenrolar da trama resvala em textos excessivamente enunciados como se fossem recitados. Exceção aí é o rapper Emicida, cujo traquejo em programas de entrevistas na televisão e, por assim dizer, sua desenvoltura no tema da discussão do racismo em camadas diversas – só ver o documentário “Amarelo” sobre caminho percorrido até o show no Theatro Municipal em 2019 – confere um ar de alegoria ao que é mais duro em outros casos.

Outro problema do filme são momentos em que a explicação

transcende a ficção, o que vai resultar numa cena fraca com uma espécie de justicamento em paralelo e que provoca, de certa forma, a resolução dramática do filme.

Creditando-se à inexperiência do diretor ou a escolhas conscientes para reforçar a veia didática e reiterativa da tese central de “Medida Provisória”, o fato é que esses momentos quebram aquilo que se chama de “suspensão da descrença”, aquela qualidade do bom texto narrativo de ficção que consiste fazer o leitor ou espectador aceitar premissas inverossímeis.

Em outras palavras, quem for esperando um marco do afrofuturismo como “Pantera Negra” ou do cinema alegórico como “Parasita” vai dar com os burros n’água.

No entanto, o filme-fenômeno consegue entregar vastas emoções, mesmo com suas imperfeições. O trio central composto por Taís Araújo, Enoch – ex-ator de “Harry Potter” e da minissérie How to “Get Away With Murder” – e Seu Jorge, bem como coadjuvantes de papéis pequenos, mas decisivos, caso de Flávio Bauraque, e a potência da trilha sonora de Rincón Sapiência fazem o filme valer a pena. Sobretudo se visto na tela grande do cinema, como se deve. •



**COMITÊ
POPULAR
DE LUTA**

Saiba como criar um comitê
pt.org.br

em busca de Anselmo

produzido por
Camilo Cavalcanti

roteiro e direção
Carlos Alberto Jr.

produção executiva
Camilo Cavalcanti e
Viviane Mendonça

direção de fotografia
Pedro Semanovschi

música original
Lucas Mercier
Fabiano Krieger
Pedro Mibielli

coprodução
WarnerMedia Latina America
Clariô Filmes

Conheça a
jornada de
José Anselmo
dos Santos.
Protagonista
de um dos
capítulos mais
significativos
da luta contra a
ditadura militar.

minisérie em cinco capítulos

